

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FRANCISCO MARINO NETO

**A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA
EM NARRATIVAS ORAIS**

**Fortaleza - Ceará
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO MARINO NETO

**A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA
EM NARRATIVAS ORAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como pré-requisito para a obtenção do grau de mestre, tendo como orientadora a Profa. **Dra. Márcia Teixeira Nogueira.**

**Fortaleza - Ceará
2006**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Lingüística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que se obedeça às normas científicas.

Francisco Marino Neto

BANCA EXAMINADORA

Dra. Márcia Teixeira Nogueira (UFC)
Orientador

Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)
1º Examinador

Dr. Nelson Barros da Costa (UFC)
2º Examinador

Dra. Marlene Gonçalves Mattes (UFC)
Suplente

Dissertação defendida e aprovada em 29 de setembro de 2006.

DEDICATÓRIA

À minha filha infinitamente amada, Bianca, que me ensina todos os dias a acreditar num mundo melhor e a nunca perder a esperança.

À minha companheira de luta e de sonhos, Sheila.

À minha mãe, Maria José, pela obstinação de me criar apesar das adversidades.

À minha irmã, Lucrecia, pela admiração não-merecida.

Ao meu pai, com quem não posso dividir esta vitória em vida, pela proteção a distância.

AGRADECIMENTOS

A Ele, que me dá vida, saúde, determinação.

A Nossa Senhora de Fátima pelas graças alcançadas e pelas que serão alcançadas ainda.

A Sheila e a Bianca pelo apoio e paciência.

A Márcia Teixeira Nogueira pelo apoio no início de minha caminhada pelo mundo da ciência e pela competência e determinação no seu mister.

À companheira e amiga Helena Sampaio por haver podido dividir com ela as alegrias e as angústias de nossa vida acadêmica.

Aos meus colegas do Mestrado pelos momentos de descontração e pelo companheirismo, Ana Paula, Bosco, Cláudia Carioca, Cleide, Ediene, Nadja, Valdiná e tantos outros que não lhes declinando o nome.

Aos professores do PPGL, que compartilharam comigo coisas totalmente desconhecidas.

“A pátria é o idioma, e só no idioma pátrio se pode pensar bem e dizer besteiras.”
Monteiro Lobato

SUMÁRIO

Resumo

Résumé

Lista de figuras, gráficos e quadros

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I

1. FUNCIONALISMO E LINGUAGEM	16
1.1. O paradigma funcionalista nos estudos da linguagem	16
1.2. O modelo funcionalista de Simon Dik	18
1.2.1. Um modelo de interação verbal	19
1.2.2. A estrutura representacional da oração	23
1.3. A proposta da Gramática Funcional orientada para o Discurso de Kees Hengeveld	28

CAPÍTULO II

2. O PROCESSO DE MODALIZAÇÃO E A CATEGORIA MODALIDADE	33
2.1. Modalidade — aspectos conceituais	34
2.2. A modalidade epistêmica: as estratégias de (des)comprometimento	49
2.2.1. Estudos sobre modalidade epistêmica em língua portuguesa	53

CAPÍTULO III

3. UMA ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA EM NARRATIVAS ORAIS: METODOLOGIA	56
3.1. Metodologia	56
3.1.1. Caracterização, constituição e delimitação do <i>corpus</i>	56
a) As narrativas orais	60
b) Constituição e delimitação do <i>corpus</i>	64
3.1.2. Procedimentos	65

CAPÍTULO IV	
4. A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA EM NARRATIVAS ORAIS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66
4.1. Uso de modalizadores epistêmicos nos dois tipos de narrativas orais	66
4.2. Nível de comprometimento no uso dos modalizadores epistêmicos em narrativas orais	68
4.2.1 Nível de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos em narrativas de experiência pessoal	69
4.2.2. Nível de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos nas narrativas recontadas	71
4.3. Escopo da modalização epistêmica em narrativas orais	73
4.4. Meios lingüísticos de manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais	78
CONCLUSÕES	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
ANEXO	88

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de proceder a uma análise da manifestação da modalidade dita epistêmica (aquela que se circunscreve no eixo do conhecimento, em um continuum entre a certeza e a não-certeza, entre certo e possível) em narrativas orais, especificamente as narrativas de experiência pessoal e as narrativas recontadas, do Corpus Discurso & Gramática. A língua falada e escrita na cidade de Natal (FURTADO DA CUNHA, 1998). A investigação tem suporte na Gramática Funcional, assumindo que os enunciados se constituem em camadas que representam instâncias dos processos de modalização (DIK, 1997; HENGEVELD, 1987, 1988). Os resultados desta análise dizem respeito, primeiramente, à frequência dos modalizadores epistêmicos nos dois tipos de narrativa; nesse caso, observou-se maior frequência nas narrativas recontadas. Ainda com relação aos dois tipos de narrativa, ao se avaliar o nível de comprometimento no uso dos modalizadores epistêmicos, os resultados indicaram que os informantes tenderam bem mais para o descomprometimento com a veracidade dos conteúdos relatados. Nas narrativas orais, o escopo da modalização teve maior frequência no nível da proposição; a segunda maior frequência é relativa ao nível do termo e, por último, a modalização menos freqüente foi a que incidiu sobre a predicação. Com relação ao nível de descomprometimento relativo ao escopo da modalização epistêmica, a maior incidência deu-se no nível do termo, depois no da proposição e, finalmente, a modalização incidiu, com menor frequência, no nível da predicação. Quanto aos meios lingüísticos utilizados para a modalização epistêmica nas narrativas orais, constatou-se a predominância do verbo, seguido do advérbio; o adjetivo, o substantivo e o pronome apresentaram frequência bem reduzida. Conforme hipótese levantada, a narrativa de experiência pessoal apresentou menor índice de modalização. Em termos proporcionais, no entanto, o nível de descomprometimento foi menor nas narrativas recontadas. A qualificação epistêmica da proposição excedeu bastante a modalização epistêmica objetiva.

Palavras-chave: funcionalismo; modalidade epistêmica; narrativas orais.

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à procéder à une analyse de la catégorie modalité et à l'évaluation de quelques manifestations de la modalité dite *épistémique* (celle qui se situe dans l'axe de la connaissance, dans le continuum entre la certitude et l'incertitude, entre le certain et le possible) dans des récits oraux, spécifiquement les récits d'expérience personnelle et les récits racontés. Cette recherche se base sur la Grammaire fonctionnaliste. L'investigation fonctionnaliste de la catégorie modalité assure que les énoncés se constituent de couches qui représentent les instances des processus de la modalisation, d'après Dik (1997) et Hengeveld (1987, 1988). Les résultats de cette analyse concernent d'abord la fréquence des modalisateurs épistémiques. Dans ce cas, on a observé une fréquence plus élevée dans les récits racontés. En parlant encore des deux types de récits, lorsqu'on a évalué le niveau d'engagement par rapport à l'usage des modalisateurs épistémiques, les résultats ont indiqué que les informateurs ont bien plus tendu au dégagement de la véracité de ce qu'ils racontent. Dans les récits oraux, la portée de la modalisation a présenté une fréquence plus élevée au niveau de la proposition. La deuxième fréquence plus élevée se rapporte au niveau du terme. En dernier, la modalisation la moins fréquente, c'est celle dont l'incidence est retombée sur la prédication. En ce qui concerne le niveau de dégagement touchant la portée de la modalisation épistémique, on a remarqué la plus haute fréquence au niveau du terme, ensuite au niveau de la proposition et, finalement, la plus basse fréquence a atteint le niveau de la prédication. Quant aux moyens linguistiques utilisés pour la modalisation épistémique dans les récits oraux, on constaté la prédominance du verbe; en deuxième place, on a l'adverbe; l'adjectif, le nom et le pronom ont présenté la fréquence bien réduite. D'après l'hypothèse émise, le récit d'expérience personnelle a présenté le plus bas indice de modalisation; par contre, proportionnellement, le niveau de dégagement a été plus bas dans les récits racontés. La qualification épistémique de la proposition a beaucoup excédé la modalisation épistémique objective.

Mots-clé: fonctionnalisme; modalité épistémique; récits oraux.

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1	O modelo de interação verbal	20
Figura 2	Conhecimento mútuo entre o falante e o ouvinte	22
Figura 3	Representação da estrutura subjacente da oração	24
Figura 4	A interpretação dinâmica da GFD	29
Figura 5	Principais componentes da GFD dentro de um modelo mais amplo de interação verbal	30
Figura 6	Versão expandida da GFD	32
Figura 7	Distinções modais da modalidade epistemológica	46
Gráfico 1	Frequência dos modalizadores epistêmicos em narrativas orais	67
Gráfico 2	Nível de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos em narrativas orais	68
Gráfico 3	Nível de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos em narrativas de experiência pessoal	70
Gráfico 4	Nível de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos em narrativas recontadas	71
Gráfico 5	Escopo da modalização epistêmica em narrativas orais	73
Gráfico 6	Escopo da modalização epistêmica em narrativas de experiência pessoal	74
Gráfico 7	Escopo da modalização epistêmica em narrativas recontadas	75
Gráfico 8	Nível de descomprometimento relativo ao escopo da modalização epistêmica	77
Gráfico 9	Meios lingüísticos de manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais	78
Quadro 1	Tipos de entidades designadas pelas camadas da estrutura subjacente do enunciado	27
Quadro 2	Unidades básicas armazenadas no fundo	31
Quadro 3	Tipologia das modalidades segundo Hengeveld	47
Quadro 4	As modalidades epistêmicas	52
Quadro 5	Os componentes da estrutura do texto narrativo	63

INTRODUÇÃO

O objeto de investigação desta pesquisa é a modalidade epistêmica. Especificamente, trata da análise da manifestação desse tipo de modalidade com base nos meios lingüísticos utilizados pelo falante e nos efeitos de sentido provocados pelo uso dessa categoria gramatical em narrativas orais de experiência pessoal e em narrativas orais recontadas. Esta investigação desenvolve o projeto integrado de pesquisa *A modalidade e sua expressão em língua portuguesa*, desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Funcionalismo da UFC.

Por um lado, os trabalhos de pesquisa científica relativos ao estudo dos processos de constituição do enunciado segundo uma abordagem teórica funcional são bastante profícuos, e entre eles se destacam aqueles que fazem a investigação das marcas da manifestação da modalidade epistêmica em enunciados efetivos de uma língua natural.

Por outro lado, um dos principais problemas atinentes a esse estudo encontra-se no fato de as línguas naturais disporem dos mesmos meios lingüísticos para aplicar a diferentes propósitos comunicativos, quando, por exemplo, é possível expressar a possibilidade epistêmica e a permissão mediante um mesmo meio lingüístico. No entanto, a avaliação dos constituintes de um enunciado dentro de um contexto real de interação torna mais produtiva a análise da modalidade epistêmica, já que a modalidade constitui o modo como o falante expressa o seu julgamento e o seu comprometimento com o conteúdo proposicional do que enuncia.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o uso de marcas da manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais — as narrativas de experiência pessoal e as narrativas recontadas. Especificamente, objetiva-se: avaliar como se manifesta esse tipo de modalidade a partir de variáveis como o tipo de narrativa; identificar e descrever o escopo da modalização¹ (incidência sobre o termo, a predicação ou a proposição), os meios lingüísticos lexicais e gramaticais² utilizados (adjetivo, advérbio, pronome, substantivo,

¹ Conforme Dubois *et al* (1998), a modalização é o meio pelo qual o sujeito marca o seu enunciado; deste modo, o seu conceito serve para analisar os meios usados pelo falante a fim de traduzir o processo de enunciação. Dessa forma, a modalização constitui o processo de uso de modalizadores com vista à enunciação.

² O léxico, de acordo com Câmara Júnior (1986), opõe-se à gramática em virtude de aquele constituir-se dos semantemas da língua, os quais entram na composição de formas mais complexas e autônomas como as palavras, cuja raiz os semantemas passam a constituir; à raiz agregam-se morfemas lexicais, dessa junção surgem novas palavras, com base em diferentes processos de formação, como a derivação e a composição. A gramática, por sua vez, representa o estudo dos morfemas e dos processos de formações sintagmática e vocabular, ao qual se acrescenta o estudo dos traços fônicos e gráficos, por meio dos quais é possível distinguir, acusticamente, os elementos enunciados nas modalidades oral e escrita da língua e na leitura; por essa razão, a gramática divide-se em três partes gerais: a Fonologia, a Morfologia e a Sintaxe.

verbo), bem como os efeitos de sentido obtidos tendo em vista a enunciação (certeza ou não-certeza); estimar a relação entre o tipo de narrativa e a frequência do uso de modalizadores epistêmicos; verificar se o emprego deles incide mais frequentemente no nível do termo, no da predicação ou no da proposição.

Tais objetivos conduzem às seguintes questões-problema:

- I. Em que tipo de narrativa (de experiência pessoal ou recontada) observa-se mais frequentemente o uso de modalizadores epistêmicos? Como pode ser interpretada essa diferença?
- II. Em que nível (predicação, proposição ou termo) é mais freqüente o uso de marcas da modalidade epistêmica? Que interpretação funcional se pode fazer desse resultado?
- III. Para cada um dos tipos de narrativa (de experiência pessoal ou recontada), em que nível é mais freqüente o uso de modalizadores epistêmicos?
- IV. Quais os efeitos de sentido provocados pelo uso de modalizadores epistêmicos em cada tipo de narrativa?

Supõe-se que o uso de modalizadores epistêmicos deva incidir, com menor frequência, sobre a narrativa de experiência pessoal, tendo em vista que, se o próprio falante vivenciou os fatos, ele constitui a fonte mais fidedigna das informações oriundas de suas experiências; logo, sobre essas informações não deveriam recair marcas do possível, do provável, do não-certo. Em se tratando das narrativas recontadas, parece que o falante tende a modalizar o conteúdo da sua enunciação, com maior incidência, no nível da proposição, a fim de que possa expressar o seu comprometimento relativo à verdade da proposição; isso se deve ao fato de ele estar relatando fatos ocorridos cujo efeito de realidade em relação ao seu interlocutor dependerá do modo como ele se compromete com conteúdo dessa proposição.

Dadas as características de cada um dos tipos de narrativa (a de experiência pessoal e a recontada), no *continuum* entre certo e possível, o primeiro tipo parece estar mais voltado para o extremo da certeza, haja vista o fato narrado ter sido experienciado pelo próprio falante, ou seja, em termos de evidencialidade³, ele é a fonte mais *confiável* da informação, logo se supõe que o uso de modalizadores epistêmicos caracteriza-se por uma menor incidência. Por outro lado, nas narrativas recontadas, inclina-se para o extremo da possibilidade, da não-certeza, em virtude de a fonte da informação ser outrem, não o enunciador.

³ Para Neves (2006, p. 165), embora não haja consenso nos estudos sobre o conceito de evidencialidade, “só é pacífica a idéia de que se trata de indicação da origem de conhecimento de um enunciador”.

Os meios lingüísticos empregados pelo falante nas narrativas de experiência pessoal manifestam, quando se localizam no nível da predicação, a sua intenção de descrever como certa a ocorrência de um estado-de-coisas, já que ele deve considerar como verdadeiro o conteúdo de uma experiência vivenciada por ele próprio; em relação aos meios lingüísticos incidentes nas narrativas recontadas, em razão do fato de o falante estar relatando eventos que lhe foram contados, esses meios parecem se fixar no nível da proposição, quando o falante tende a não expressar a assunção da responsabilidade pelo conteúdo de sua enunciação.

Este estudo tem como base teórica o paradigma funcionalista, que, de acordo com Neves (1996, p. 2), citando Martinet (1994), tem como objetivo determinar o modo como o falante consegue comunicar-se por intermédio da língua, a qual é imposta a ele, no tocante ao seu funcionamento e à sua evolução, como um meio de comunicar ao ouvinte suas experiências, ou seja, tudo aquilo que o falante sente, percebe e compreende em todos os momentos de sua existência.

A teoria funcionalista de Dik (1997) considera o falante o centro de uma abordagem investigativa, haja vista que um estudo lingüístico dessa natureza teórica visa à explicação do modo pelo qual o falante interage com o ouvinte de maneira eficiente, lançando mão das expressões lingüísticas.

A gramática funcional de Dik constitui uma teoria geral sobre a maneira como as línguas se organizam gramaticalmente, que não pode prescindir, na descrição lingüística, da referência ao falante e ao ouvinte. Um dos principais postulados da gramática de Dik é que o utente de uma língua tem papel central numa visão de base funcionalista, haja vista que tal abordagem busca tornar claro como o falante e o ouvinte, por meio da expressão lingüística, a qual é considerada “apenas como uma mediação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário”, se comunicam de modo eficiente.

Para Furtado da Cunha *et al.* (2003), a concepção de linguagem como um instrumento de interação social e o interesse pela investigação lingüística, que ultrapassa a estrutura gramatical e que busca a motivação dos fatos da língua em uma situação discursiva, constituem fortes fatores de diferenciação entre o funcionalismo lingüístico e outras teorias formalistas, como o estruturalismo e o gerativismo. O objetivo da abordagem funcionalista é explicar as regularidades que podem ser observadas nas situações de interação da língua por meio da análise das condições discursivas nas quais o uso da língua de modo interativo é verificado. Diferentemente da gramática tradicional, o funcionalismo considera que certos domínios lingüísticos, como a sintaxe, a semântica, a pragmática, relacionam-se e são interdependentes; desse modo, ao se fazer uma descrição do aspecto sintático, é pertinente

também descrever as circunstâncias discursivas constantes das estruturas lingüísticas e do uso dessas estruturas em contextos específicos. Segundo pressupostos funcionalistas, pode-se afirmar que há dependência entre a estrutura gramatical e o uso da língua, por isso a situação comunicativa motiva a estrutura; assim sendo, as abordagens funcionalistas atuais têm em comum a necessidade de que se investigue a sintaxe no quadro da semântica e da pragmática.

É muito relevante ressaltar o que Neves (2001, p. 3), citando Givón (1995) e Nichols (1984), afirma acerca do objeto de estudo do funcionalismo:

Como diz Givón, ao abrir sua obra *Funcionalismo e linguagem* (Givón, 1995), todos os funcionalistas assumem o postulado da não-autonomia: a língua (e a gramática) não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. A gramática funcional, aponta Nichols (1984, p. 97), embora analise a estrutura gramatical, inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

Uma diferença entre o Funcionalismo e outros paradigmas lingüísticos, de acordo com Nogueira (2001), é o modo como são tratadas as categorias, ou seja, não se objetiva atribuir, de forma inequívoca, uma rotulação categórica de itens, construções ou processos lingüísticos, pelo contrário, busca investigar “a fluidez das categorias”, por levar em conta “as pressões dos usos sobre o sistema gramatical”.

Dadas essas características do modelo funcionalista e em função dos objetivos e das hipóteses assumidas nesta pesquisa e da delimitação do *corpus* (estruturado com base em registro de narrativas orais), optou-se pela perspectiva do funcionalismo holandês, o qual se baseia na interação verbal e na consideração integrada dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos.

O estudo descritivo da expressão da modalidade, com ênfase na modalidade epistêmica, revela a função precípua das modalidades, ou seja, a veiculação da atitude do falante ante aquilo que ele enuncia. Por isso a teoria funcionalista as toma como meios de interação. Em virtude disso, todo trabalho de pesquisa que as envolva requer uma abordagem da língua em uso, constituindo um material analítico que caracterize situações reais de emprego da língua. Desse modo, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado o *Corpus Discurso & Gramática*. A língua falada e escrita na cidade do Natal, organizado por Furtado da Cunha (1998), a partir do qual se constituiu uma amostra de narrativas de experiência pessoal e de narrativas recontadas orais.

Para a análise quantitativa, são utilizados alguns procedimentos metodológicos da Sociolingüística Variacionista, mas não em sentido estrito, uma vez que não se está

analisando um fenômeno lingüístico variável. Desse modo, apenas para verificação de frequência, foram utilizados os programas Makecell e Crosstab do pacote computacional Varbrul. Para uma análise qualitativa, consideram-se os dados em constante diálogo com a teoria e interpretam-se os resultados com o propósito de descrever e explicar, de modo integrado, os aspectos sintáticos, semânticos e discursivos da modalização epistêmica.

No primeiro capítulo desta dissertação, são apresentados os pressupostos gerais do paradigma funcionalista nos estudos da linguagem, para situar este trabalho numa abordagem investigativa do uso pelo falante de uma língua natural, objetivando uma interação comunicativa com o ouvinte.

No segundo capítulo, expõem-se conceitos gerais, de acordo com vários autores, acerca da modalização como processo e da modalidade como categoria, além de apresentar-se também a diversidade do tratamento dado a esses dois temas, assim como a relevância deles para compreensão da língua em uso.

No terceiro capítulo, trata-se das estratégias de (des)comprometimento por parte do falante na manifestação da modalidade epistêmica. Outrossim, são discutidos os efeitos de sentido de acordo com o escopo da modalidade epistêmica, a escala de possibilidade e os domínios estabelecidos entre os extremos da certeza e da não-certeza.

O quarto capítulo aborda, detidamente, a metodologia implementada, a constituição e a delimitação do *corpus*, a descrição das categorias de análise e os procedimentos adotados para a implementação da pesquisa; faz-se, ainda, uma breve caracterização da amostra retirada do *corpus*, isto é, as narrativas orais de experiência pessoal e as narrativas recontadas orais, no intuito de mostrar como tal gênero textual é construído, com ênfase dada à modalidade oral da língua.

Finalmente, no quinto capítulo, tem-se a análise e a discussão dos resultados.

Na última seção, dedicada às conclusões, procede-se à sistematização dos resultados para a confirmação ou a refutação das hipóteses lançadas neste estudo.

CAPÍTULO I

1. FUNCIONALISMO E LINGUAGEM

Este capítulo trata da concepção de linguagem adotada nesta pesquisa com base no modelo teórico funcionalista.

1.1. O paradigma funcionalista nos estudos da linguagem

Desde os primeiros estudos sobre a linguagem, percebeu-se a complexidade desse tema, que deriva, principalmente, da intersubjetividade na relação entre falante e ouvinte, em que esses papéis alternam-se, e cada um impregna o enunciado, em cada situação discursiva de enunciação, com dados cognitivos preexistentes e com peculiaridades atinentes à própria personalidade, para a realização dos mais variados propósitos.

A linguagem, desse modo, torna-se um objeto de estudo científico bem distinto daqueles de outras ciências que investigam temas não tão dinâmicos quanto o objeto analítico da Lingüística; em alguns casos, tais objetos são essencialmente abstratos e formais; exemplo disso é a Matemática.

Saussure (2000) discute essa característica do estudo da linguagem ao lembrar que a maioria das teorias científicas tem seu objeto de estudo anteriormente dado, podendo ser considerado com base em diferentes prismas. Contudo, no tocante ao objeto da Lingüística, isso não ocorre; observa-se a precedência do ponto de vista ao objeto de estudo, isto é, tem-se a criação deste pelo ponto de vista.

Assim, a diversidade de interesses no estudo da linguagem fomentou o surgimento de diferentes tendências lingüísticas que se constituíram segundo o recorte feito para a análise desse objeto. Algumas delas se complementaram, outras partiram para lados opostos, originando discussões e controvérsias que estão longe de encontrar termo.

O mais profícuo conflito teórico jaz entre o Funcionalismo e o Formalismo. Este tem em Chomsky o seu maior representante, dadas suas teorias que consideram, sobretudo, o conhecimento detido pelo falante das regras de uma língua em detrimento do uso efetivo dessa língua.

Ao formalismo de Chomsky insurgiram-se outras teorias lingüísticas que se abrigam no paradigma funcionalista, cujo marco inicial relaciona-se aos estudos desenvolvidos pela Escola de Praga.

Dik (1997, p. 2-3) estabelece, de modo explícito, a distinção entre esses dois paradigmas nos estudos lingüísticos. A linguagem, com base no modelo formal, é considerada como objeto formal e abstrato e o conceito de gramática é baseado na caracterização formal da linguagem em termos de regras de uma sintaxe formal a ser aplicada sem vinculação com os significados e os usos das construções descritas; à sintaxe é dada prioridade metodológica em detrimento da semântica e da pragmática. Já no paradigma funcionalista, conceitua-se a linguagem, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com o objetivo de estabelecer relações comunicativas.

No tocante à dicotomia teórica entre esses paradigmas, Neves (2001, p. 53), citando Halliday, destaca a polarização entre as abordagens formalista e funcionalista, porém leva em conta que, efetivamente, elas estão vinculadas à própria natureza da linguagem e se ligam ao pensamento ocidental pela raiz.

Com relação aos pressupostos fundamentais do Funcionalismo, Furtado da Cunha *et al.* (2003, p. 29) caracterizam o paradigma funcionalista atual e expõem a base de seus postulados relativos ao estudo da linguagem:

“O funcionalismo lingüístico contemporâneo difere das abordagens formalistas — estruturalismo e gerativismo — primeiro por conceber a linguagem como um instrumento de interação social e segundo porque seu interesse de investigação lingüística vai além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. A abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes. Ao lado da descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas e seus contextos específicos de uso. Segundo a hipótese funcionalista, a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, a estrutura é motivada pela situação comunicativa. Nesse sentido, a estrutura é uma variável dependente, pois os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema. A necessidade de investigar a sintaxe nos termos da semântica e da pragmática é comum a todas as abordagens funcionalistas atuais”.

Sobre as características gerais das teorias funcionalistas, no paradigma funcionalista, afirma Nogueira (2006, p. 38):

Em todas as vertentes funcionalistas, encontra-se o interesse em investigar a língua como sistema não-autônomo, sensível a pressões das diferentes demandas de uso no contexto das interações verbais. Portanto, o caráter instrumental da língua está longe de colocá-la, como se diz, como objeto pronto para o uso. Além disso, a língua, que se constitui na relação dialética com os indivíduos em interação, é social e cognitivamente determinada, mas tem a sua funcionalidade também associada ao seu caráter de sistema.

Na seção seguinte, discorre-se sobre o aparato teórico construído por Simon Dik (1997), escolhido como suporte para esta pesquisa.

1.2. O modelo funcionalista de Simon Dik

O objetivo deste trabalho é o estudo do processo de modalização em textos orais, em situações efetivas de interação verbal. O modelo funcionalista de Simon Dik (1997) representa um instrumento bastante útil para a constituição de uma análise quantitativa e qualitativa do uso dos meios lingüísticos para a manifestação da modalidade epistêmica.

Tal modelo assenta-se em alguns pressupostos que aqui se assumem acerca da natureza e do funcionamento das línguas naturais.

A seguir, relacionam-se as questões mais pertinentes para este trabalho.

Um primeiro questionamento recai sobre a definição de uma língua natural. Para Dik, uma língua natural representa um meio de interação social, mas é um instrumento que não existe em si mesmo nem por si mesmo como uma estrutura arbitrária. A sua existência e o seu uso são condicionados por determinados propósitos e intenções comunicativas que envolvem a interação entre seres humanos.

Um segundo questionamento é relativo à principal função de uma língua natural, que é estabelecer comunicação entre utentes de uma língua natural, isto é, entre falante⁴ e ouvinte. Nesse caso, a comunicação é concebida como um padrão interativo e dinâmico de atividades por meio das quais um falante efetua mudanças no conteúdo pragmático da informação de seus interlocutores. Essa informação pragmática, segundo Dik (1997, p. 5), constitui-se de conhecimentos, crenças, preconceitos, sentimentos. Todos esses constituintes da informação pragmática subsumem o conteúdo da mente de um indivíduo em um determinado tempo. Assim a comunicação não se restringe apenas à transmissão e à recepção de informações factuais.

Uma terceira questão refere-se ao correlato psicológico de uma língua. Para tal explicação, Dik lança mão do conceito de competência comunicativa de Hymes (1972). O correlato psicológico de uma língua natural é a competência comunicativa do falante, ou seja, a sua habilidade de estabelecer e manter uma situação de interação social por meio da linguagem. Desse modo, a concepção de competência comunicativa compreende não só a

⁴ O termo “falante” é tradução de *speaker*, que, no modelo da Gramática Funcional, não se restringe ao produtor de textos orais, mas constitui uma abstração a partir de uma interação verbal protípica.

habilidade de construir e interpretar expressões lingüísticas, mas também de usar essas expressões lingüísticas de modo apropriado e efetivo conforme as convenções de interação verbal predominantes na comunidade lingüística em que o falante está inserido.

Uma outra questão tratada por Dik concerne à relação entre o sistema de uma língua natural e o seu uso. O lingüista destacou que, se uma língua natural representa um instrumento utilizado com fins comunicativos, se devem considerar suas propriedades numa abstração dos usos funcionais para os quais ela é atribuída. O sistema determinado por expressões lingüísticas é um sistema funcional, o qual deve ser estudado dentro de uma estrutura de regras, princípios e estratégias que organizam o seu uso comunicativo natural. Isso significa dizer que as expressões lingüísticas podem ser compreendidas adequadamente apenas quando são consideradas em situações comunicativas. Dessa forma, a língua não pode ser analisada de modo isolado, já que ela faz parte da realidade psicossocial de um ser humano.

Uma última questão que aqui se destaca versa sobre a relação entre a pragmática, a semântica e a sintaxe, as quais se organizam de modo que se considera a pragmática como uma estrutura em que a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. No que concerne à semântica, esta é considerada um instrumento relativo à pragmática; já a sintaxe, um instrumento para a semântica.

1.2.1. Um modelo de interação verbal

Como já foi visto, o modelo funcionalista concebe a linguagem como um instrumento de interação social e, a fim de explicitar as relações constantes dessa interação e os aspectos por meio dos quais Dik entende esse processo interativo-lingueiro, apresenta-se o seguinte esquema que se encontra em sua Teoria da Gramática Funcional (1997):

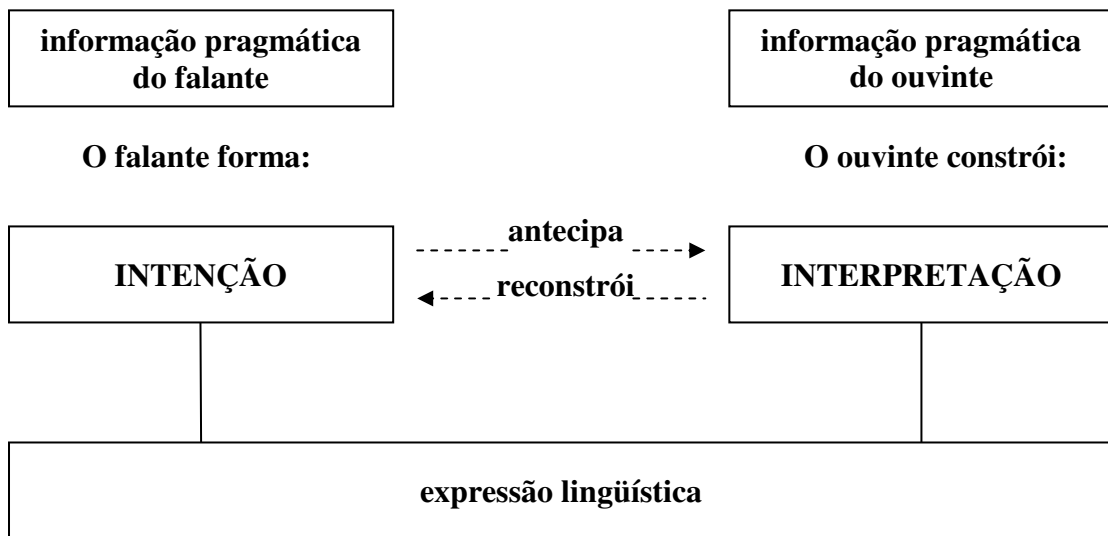


Figura 1: O modelo de interação verbal

(DIK, 1997, p. 8)

A interpretação desse modelo parte do pressuposto de que o falante e o ouvinte têm uma grande quantidade de informação pragmática.

É necessário, para se ter uma melhor compreensão do modelo de interação verbal, expor a concepção de Dik sobre informação pragmática — um conjunto completo de conhecimento, crenças, conjeturas, pontos de vista e sentimentos, salientando que o termo *informação* não se restringe a conhecimento cognitivo, mas abrange qualquer item que integre o mundo mental de um indivíduo, como julgamentos e preconceitos. Dik acrescenta que a informação pragmática divide-se em três principais componentes:

- (i) *informação geral*: a informação de longo prazo atinente ao mundo real, com suas características naturais e culturais, e a outros mundos possíveis ou imaginários;
- (ii) *informação situacional*: a informação originada daquilo que os participantes percebem ou experienciam na situação em que a interação verbal acontece;
- (iii) *informação contextual*: a informação originada das expressões linguísticas as quais são trocadas antes ou depois de qualquer ponto dado na interação verbal.

Ao dizer algo ao ouvinte, o falante tem a intenção de modificar a informação pragmática do seu ouvinte; para atingir esse objetivo, o falante forma uma intenção comunicativa — um plano mental relativo a uma alteração específica que ele deseja introduzir no conjunto das informações pragmáticas do ouvinte. Para que isso ocorra, o falante deve formular a sua intenção comunicativa de maneira que ele possa conduzir o ouvinte até a

alteração que ele quer promover na informação pragmática deste. Uma alternativa para a consecução desse fim é antecipar a interpretação do ouvinte, isto é, fazer uma estimativa da informação pragmática do ouvinte constitui um dos elementos essenciais à atuação comunicativa do falante.

Em contrapartida, o ouvinte interpreta a expressão lingüística do falante com base em sua informação pragmática e em sua estimativa sobre as intenções do falante. Essa interpretação pode levar o ouvinte a alterar a sua informação pragmática e isso pode ou não corresponder justamente à intenção comunicativa do falante.

Dik ressalta que a relação entre a intenção comunicativa do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida, pela expressão lingüística; logo, do ponto de vista do ouvinte, isso significa que a interpretação será parcialmente baseada na informação constante da expressão lingüística, tão importante quanto aquela que o ouvinte já detém e com base na qual ele interpreta a informação lingüística. Em relação ao ponto de vista do falante, a expressão lingüística não precisa codificar totalmente a sua intenção comunicativa. Dada a informação que o falante tem sobre a informação tida pelo ouvinte no momento de fala, uma verbalização parcial desse conteúdo será suficiente; por isso uma verbalização indireta pode ser mais satisfatória do que a expressão direta da intenção comunicativa.

Normalmente, a informação pragmática do falante apresenta muita coisa em comum com a informação pragmática do ouvinte, porém deve ser também considerado que há informação que é acessível apenas ao falante ou apenas ao ouvinte. Assim, embora haja uma grande quantidade de informação compartilhada entre o falante e o ouvinte, Dik aduz que o real ponto de interação verbal se localiza tipicamente na informação não-partilhada.

Para Dik, a função primordial da interação verbal é que o falante altere a informação pragmática do ouvinte. Essas alterações podem ser: *adições*, quando o falante passa ao ouvinte uma informação que este não detinha; *substituições*, quando o falante informa ao ouvinte que uma informação deve ser substituída por uma outra informação; *lembranças*: quando o falante faz o ouvinte dar-se conta de uma informação que este já detinha, mas ele não a percebia no momento em questão. O falante pode também pretender alterar uma informação de cunho emocional do ouvinte, como se aquele objetivasse mudar um suposto sentimento do ouvinte sobre algo.

Deve-se também abordar o conceito de conhecimento mútuo formulado por Dik. Nesse caso, a informação pragmática do falante incluirá uma teoria sobre a informação pragmática do ouvinte e vice-versa, isto é, cada participante da interação verbal tem uma idéia

estruturada e detalhada sobre as características do *outro*, cuja teoria apresenta um papel essencial na interação verbal. Isso permite que o falante antecipe uma possível interpretação feita pelo ouvinte de suas expressões lingüísticas, como se este reconstruísse a intenção comunicativa mais provável do falante. Com o fito de explicitar esse conhecimento mútuo, Dik formulou o seguinte diagrama:

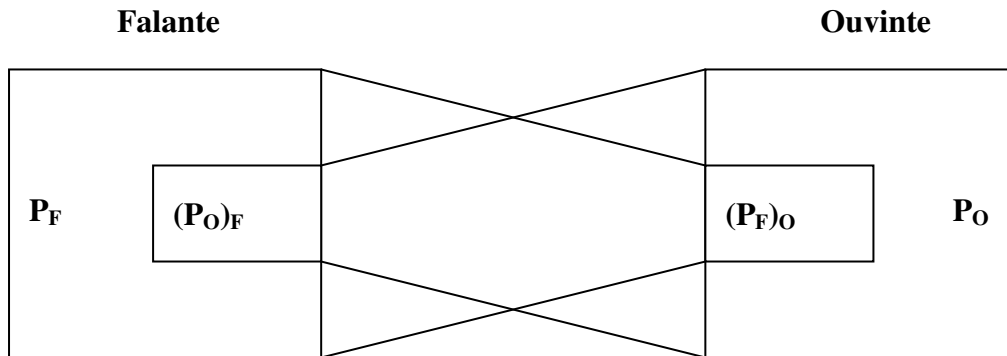


Figura 2 Conhecimento mútuo entre o falante e o ouvinte

(DIK, 1997, p. 11)

Por meio desse diagrama, pode-se observar a “estrutura de caixas dentro de caixas”, havendo teoricamente uma recursividade infinita conforme o esquema abaixo (Dik, 1997, p. 11):

$(P_O)_F$	o que o falante pensa sobre a informação pragmática do ouvinte
$((P_O)_F)_O$	o que o ouvinte pensa sobre o que o falante pensa sobre a informação pragmática do ouvinte
$((((P_O)_F)_O)_F)$	o que o falante pensa sobre o que o ouvinte pensa sobre o que o falante pensa sobre a informação pragmática do ouvinte

Desde que os participantes tenham uma teoria sobre a informação pragmática do outro, eles podem também estimar o que é partilhado e o que não é partilhado entre a sua própria informação pragmática e a do outro. Essa estimativa do que é ou não partilhado é de grande importância para o sucesso da interação verbal.

Na seção seguinte, discorrer-se-á sobre a estrutura representacional da oração.

1.2.2. A estrutura representacional da oração

Dik (1997, p. 49) afirma que qualquer texto em uma língua natural pode ser dividido em constituintes oracionais e constituintes extra-oracionais. Para exemplificar, ele aponta para esta construção:

(1) *Bem, John, eu acredito que seu tempo acabou.*⁵

Dik analisa os constituintes desse enunciado nos seguintes termos: *Bem*, um “iniciador”⁶, e *John*, um “ouvinte” ou “vocativo”, são constituintes extra-oracionais; o restante do enunciado apresenta constituintes internos à oração.

O lingüista assevera que cada enunciado deve ser descrito em termos de uma estrutura subjacente, que é mapeada na forma real da expressão lingüística correspondente por um sistema de *regras de expressão*, o qual determina a forma, a ordem e o contorno prosódico dos constituintes da estrutura subjacente, que é uma estrutura complexa e abstrata na qual várias “camadas” de organização semântico-formal podem ser distinguidas.

Dik procede a uma descrição desse modelo abstrato de um enunciado de baixo para cima (*bottom-up*). Nessa perspectiva, pode-se avaliar um enunciado como uma estrutura composta das seguintes camadas principais: o predicado, a predicação, a proposição e o enunciado.

Eis uma representação dessa estrutura:

⁵ Weel, John, *I believe that your time is up*. (1997, p. 49.)

⁶ Conforme Pezatti (2004, p. 202), o “iniciador” é exemplo de constituinte extra-oracional, que se utiliza, por exemplo, “para sinalizar fronteiras, marcando o começo de movimentos que compõem os episódios discursivos”. Pezatti apresenta exemplo de “iniciador” (em negrito) no seguinte fragmento: *L2 na minha casa, **por exemplo**, se come verdura, eu como, minha mulher não come, meus filhos adoram, principalmente o guri, agora, o brasileiro, em princípio eu acho que come muito mal, acho que come muito mal [...]*.

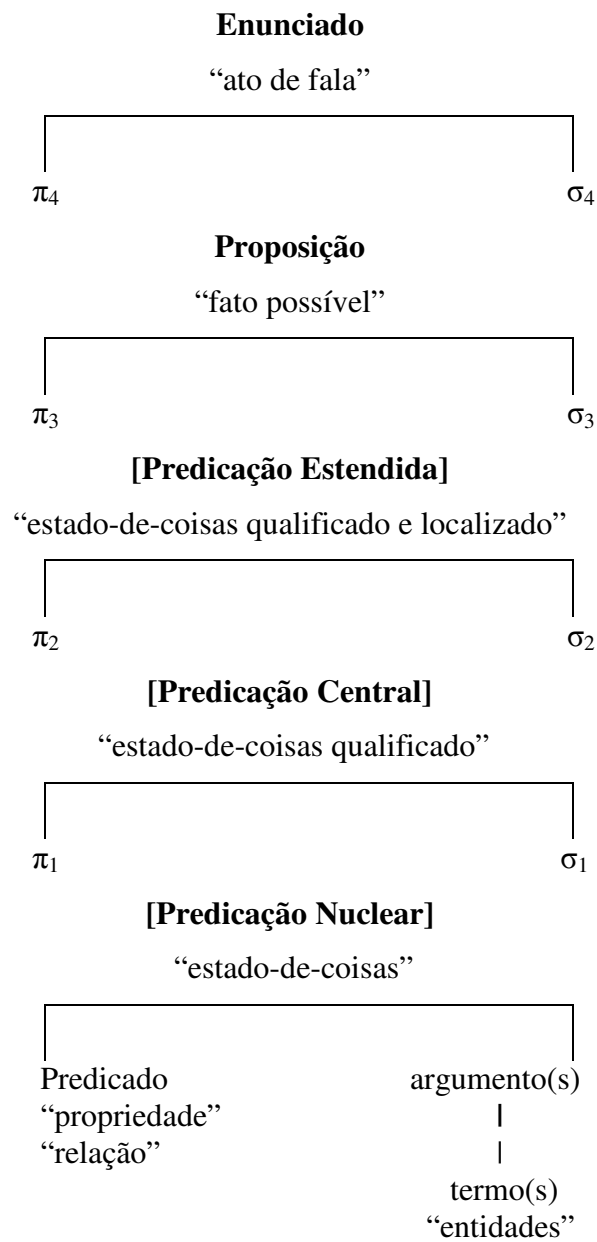


Figura 3: Representação da estrutura subjacente da oração

(DIK, 1997, p. 50)

A construção de uma estrutura subjacente do enunciado requer, primeiramente, um *predicado*, ao qual é aplicado um determinado número de *termos* que funcionam como *argumentos* para o predicado, o qual designa propriedades ou relações. Os termos são usados para referir entidades. A aplicação de termos a um predicado resulta em uma *predicação*, que designa um *estado-de-coisas*, uma concepção de alguma coisa ou situação que pode ocorrer

em um mundo, real ou imaginário, podendo ser localizada no tempo e no espaço, podendo durar determinado tempo e podendo ser ouvida, percebida ou vista.

Dik apresenta o exemplo seguinte a fim de expor como uma predicação nuclear pode designar um determinado estado-de-coisas e, a partir dele, como elementos são acrescentados em cada nível da oração, estender a construção do enunciado.

(2) *escrever (John) (uma carta)*

A esse predicado *escrever* foram aplicados dois argumentos (*John e a carta*); assim, estendendo, camada por camada, a predicação nuclear, pode-se acrescentar operadores gramaticais “ π ” e satélites lexicais “ σ ” adequados ao nível dado. Os operadores referem-se a distinções que são gramaticalmente expressas em determinada língua; os satélites são modificações que são lexicalmente expressas, que geralmente coincidem com “advérbios modificadores”.

Aplica-se, então, ao estado-de-coisas, no primeiro nível, um operador de predicado π_1 e um satélite de predicado σ_1 , os quais agregam especificações adicionais ao estado-de-coisas designado pela predicação nuclear. Pode ser exemplo de operador desse nível a distinção aspectual “Progressivo”; e exemplo de satélite de predicação, o advérbio de modo *cuidadosamente*. Dessa forma, ambos qualificam o estado-de-coisas. O resultado disso é a “predicação central”, representada a seguir:

(3) Prog [*escrever (John) (uma carta)*] (*cuidadosamente*)

(3.1) *John (estava) escrevendo uma carta cuidadosamente.*

No próximo nível, o estado-de-coisas limitado e expresso pela predicação central pode ser localizado no tempo e no espaço por operadores de predicação π_2 e satélites de predicação σ_2 , como na seguinte estrutura:

(4) [Pres [Prog [*escrever (John) (uma carta)*] (*cuidadosamente*)] (*na biblioteca*)]

(4.1) *John está escrevendo cuidadosamente uma carta na biblioteca.*

A distinção temporal “Presente” representa um significado gramatical por localizar o estado-de-coisas no tempo, considerando o momento da fala; já o constituinte *na biblioteca* constitui uma informação lexical que localiza o estado-de-coisa designado pela predicação no

espaço. O resultado da aplicação desses dois últimos constituintes é uma “predicação estendida”, a qual designa um estado-de-coisa localizado e qualificado.

No nível da predicação estendida, o falante pode especificar a atitude que ele toma com relação ao estado-de-coisas. Isso pode ser dado pela especificação de um operador proposicional π_3 e de um satélite proposicional σ_3 ; ambos designam avaliações subjetivas e atitudinais por parte do falante. A predicação estendida pode ser modalizada da seguinte maneira:

(5) [Poss [Pres [Prog

[*escrever (John) (uma carta)*

(*cuidadosamente*)] (*na biblioteca*)] (*pelo que eu sei*)]

(5.1) *Pelo que eu sei, John pode estar escrevendo cuidadosamente uma carta na biblioteca.*

Dik afirma que o operador proposicional expresso pelo auxiliar modal “poder” indica que o falante julga possível o estado-de-coisas. O satélite proposicional *pelo que eu sei* especifica algo sobre a qualidade da informação que o falante transmite. Tudo isso culmina em uma “proposição”, a qual designa um fato possível, apresentado por meio da concepção do falante.

As proposições são conteúdos que as pessoas podem dizer ou saber, em que elas podem acreditar ou pensar; elas podem ser motivo de surpresa ou dúvida; podem ser mencionadas, negadas, rejeitadas ou lembradas; e podem ser consideradas verdadeiras ou falsas. Dik afirma ainda que a predicação, que designa um estado-de-coisas, pode ser construída em uma estrutura de nível superior, ou seja, a proposição, a qual designa um “conteúdo proposicional” ou “fato possível”.

No último exemplo, a análise da estrutura não dá conta do *status* do ato de fala ou da força *ilocucionária* do enunciado como um todo. Pode ser uma declaração ou uma interrogação ou uma injunção. Então, Dik passa a avaliar também, nesse nível da estrutura, a força ilocucionária em termos de operadores ilocucionários π_4 , os quais se aplicam às proposições.

O satélite ilocucionário σ_4 poderia também ser especificado, desta vez por um advérbio que, de algum modo, modifica ou especifica o valor ilocucionário do enunciado como um todo. O advérbio *francamente* poderia ser um exemplo de satélite desse nível, desde

que ele designasse o “modo de falar” em que o enunciado foi produzido. Assim, a última estrutura passa a ter a seguinte configuração:

[Decl [Poss [Pres [Prog
 [escrever (John) (uma carta)]
 (cuidadosamente)] (na biblioteca)] (pelo que eu sei)] σ_4
 (6) [Decl [Poss [Pres [Prog
 [escrever (John) (uma carta)]
 (cuidadosamente)] (na biblioteca)] (pelo que eu sei)] (francamente)]
 (6.1) *Francamente, pelo que eu sei, John pode estar escrevendo cuidadosamente
 uma carta na biblioteca.*

Dik aponta que uma predicação estendida pode se transformar numa proposição, assim como uma proposição pode se transformar numa estrutura ilocucionária, resultando numa estrutura subjacente do enunciado inteiro, o qual designa um ato de fala — no caso dos exemplos um ato de fala declarativo. Em suma, esse ato de fala diz respeito a uma proposição, que contém uma predicação estendida construída a partir de uma predicação central, a qual, por sua vez, contém uma predicação nuclear definida por um predicado ao qual é aplicado um conjunto apropriado de termos.

Dik, finalmente, estrutura um quadro por meio do qual ele propõe o uso das variáveis a fim de indicar noções que são designadas pelos elementos estruturais dos diferentes níveis da estrutura subjacente da oração.

UNIDADE ESTRUTURAL	DESIGNAÇÃO	VARIÁVEL
Enunciado	Ato de fala	E
Proposição	Fato possível	X
Predicação	Estado-de-coisas	E
Predicado	Propriedade/relação	f

**Quadro 1: Tipos de entidades designadas
 pelas camadas da estrutura subjacente do enunciado**

(DIK, 1997, p. 55)

Desse modo, o quadro acima mostra que os *termos*, expressões que podem ser inseridas em argumentos e em posições de satélite de estruturas subjacentes do enunciado,

podem ser usados para referir entidades em algum mundo, real ou imaginário. Prototipicamente, os termos referem-se a entidades como *John, uma carta e a biblioteca*, as quais podem ser concebidas como se existissem em determinado espaço. Estes podem ser também chamados de “entidades de primeira ordem” e serão representados pela variável “x”, os termos que se referem a essas entidades são chamados de “termos de primeira ordem”. Para se referir a propriedades e relações, há entidades de ordem zero, os predicados; para se referir a estados-de-coisas — entidades de segunda ordem, têm-se as predicções, os fatos possíveis — as entidades de terceira ordem, e os atos de fala — as entidades de terceira e de quarta ordem — constituem, respectivamente, proposições e enunciados.

1.3. A proposta da Gramática Funcional orientada para o Discurso de Kees Hengeveld

Hengeveld (2004, p. 366) concebe uma Gramática Funcional orientada para o Discurso como um modelo que representa fatos lingüísticos, em que um componente gramatical de uma teoria mais ampla da interação verbal interage com um componente contextual e com um componente conceitual. Nessa concepção teórica de gramática funcional, os padrões lingüísticos são descritos como se refletissem o processo de comunicação; isso não quer dizer, segundo Hengeveld, que a GFD seja um modelo desse processo, mas da língua em função nesse processo.

A GFD, para Hengeveld (2004, p. 367), pode ser chamada de modelo funcional de língua, porque representa a estrutura das unidades lingüísticas em termos de mundo que essas unidades descrevem e as intenções comunicativas com as quais são produzidas, ou seja, em termos de suas funções representacional e interpessoal.

No que concerne à construção dinâmica de expressões lingüísticas, para um modelo de gramática, uma interpretação dinâmica requer uma implementação que espelhe o processo de produção lingüística em um determinado falante. Isso não implica que o modelo gramatical seja o modelo do falante. Para a implementação da GFD, postula-se que vários níveis operam simultaneamente, mesmo com um pequeno intervalo do nível mais alto para o próximo nível mais baixo. Desse modo, as seleções estruturais são feitas assim que uma informação é devidamente avaliada nos níveis interpessoal e representacional. Mediante o esquema seguinte, é possível visualizar tal processo.

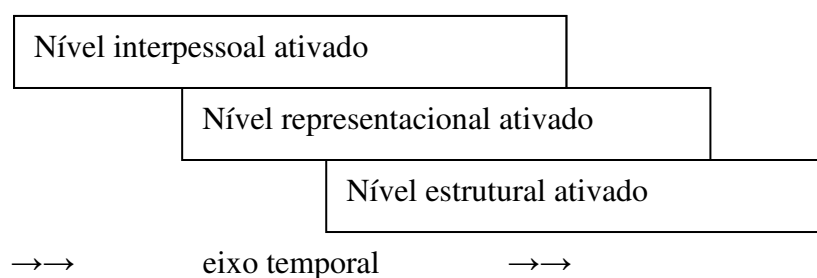


Figura 4: A interpretação dinâmica da GFD

(HENGEVELD, 2004, p. 368)

Uma descrição completa da expressão dinâmica não deveria deter-se no nível estrutural, pois a representação estrutural é parte da representação básica dos atos discursivos.

Hengeveld (2004, p. 369), tratando dos componentes conceitual e contextual, inicialmente, definiu o componente cognitivo como algo que estabelece as competências comunicativa e lingüística de um falante e o seu conhecimento de mundo.

Uma implementação dinâmica da GFD requer uma “força motriz” para provocar a criação de expressões lingüísticas. Essa força motriz é incorporada por um componente conceitual dentro do qual intenções comunicativas desenvolvem e combinam conceitualizações adequadas. O componente conceitual não é parte do modelo gramatical, mas, no uso real da língua, serve como causa para operacionalizar a gramática. Dentro do componente conceitual, existe uma importante distinção entre intenção comunicativa e conceitualização. Isso reflete, no nível gramatical, a presença dos níveis interpessoal e representacional. Em termos práticos, no tocante à pronominalização, os referentes são codificados pronominalmente quando estão disponíveis dentro do componente contextual e eles são nominalmente codificados quando não estão disponíveis.

Hengeveld apresenta mais detalhadamente a GFD por meio do esquema a seguir, em que os retângulos representam os componentes e os níveis; e os ovóides, as operações.

Os principais componentes são o conceitual, o contextual, o acústico e o gramatical. O componente gramatical distingue-se em três níveis distintos: o interpessoal, o representacional e o estrutural. As setas verticais indicam o seguinte: o componente conceitual conduz ao componente gramatical; ambos estão relacionados com a formulação dos níveis interpessoal e representacional. A representação básica resultante dessa operação é codificada no nível estrutural; as escolhas interpessoais com a configuração estrutural determinam as propriedades fonéticas do enunciado. O resultado dessas operações provê o componente

conceitual por meio do componente contextual. As setas horizontais indicam que todos os níveis gramaticais e articulatórios mantêm contato com esse componente contextual.

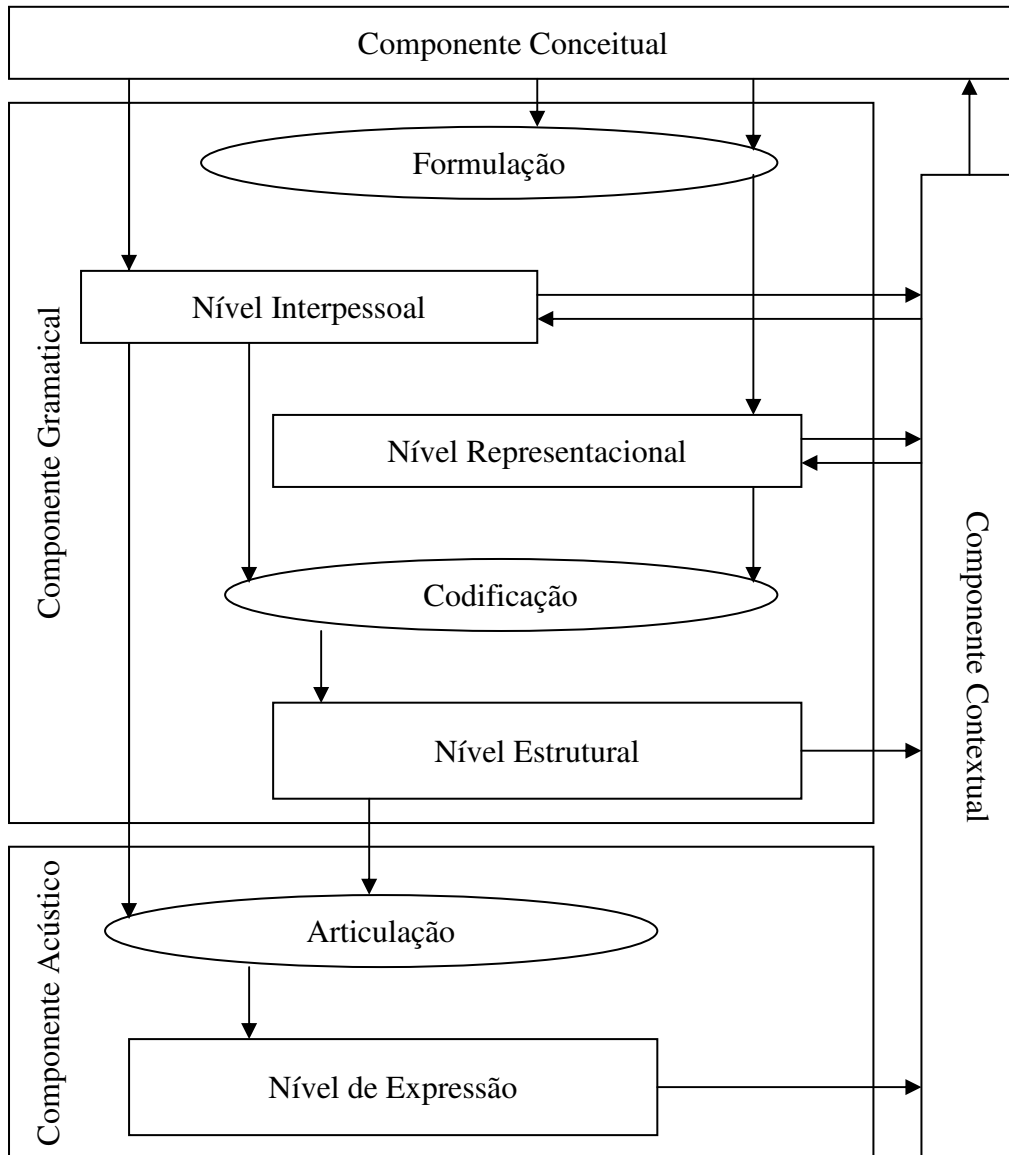


Figura 5: Principais componentes da GFD dentro de um modelo mais amplo de interação verbal

(HENGEVELD, 2004, p. 371)

Para Hengeveld (2004, p. 373), a idéia básica é que, para todo nível no modelo de interação verbal, o fundo⁷ de uma língua contém um conjunto de unidades básicas que são

⁷ Em Dubois *et al.* (1997), tem-se uma definição de *fundo comum*: “Pode-se chamar *fundo comum* de uma língua o conjunto de palavras ou de construções que todos os locutores dessa língua empregam. Esta noção implica necessariamente que se faça abstração das diferenças mínimas na maneira de falar, as que refletem as diferenças de idade, sexo, grupo social, meio educativo e interesses culturais. Ela tende a apresentar o conjunto descrito como homogêneo, pois permite ignorar os desvios”.

usadas para construir determinado nível e que constituem inventários específicos de uma língua. Assim, o fundo de uma dada língua contém, no mínimo, o conjunto de unidades básicas apresentadas no quadro 2:

NÍVEL	UNIDADES BÁSICAS
Interpessoal	Estrutura ilocucionária Lexemas Operadores
Representacional	Estruturas de predicação Lexemas Operadores
Estrutural	Configurações sintáticas ordenadas ⁸ Morfemas
Acústico	Padrões prosódicos Sons

Quadro 2: Unidades básicas armazenadas no fundo

(HENGEVELD, 2004, p. 373)

Hengeveld afirma que a organização do fundo em componentes que correspondem a vários níveis é crucial caso se busque uma interpretação dinâmica da GFD. Isso permite, no nível da expressão, iniciá-la tão logo a informação adequada tenha entrado no esquema de interação verbal. Essa informação pode vir de um nível tão alto quanto o nível interpessoal e de um nível tão baixo quanto o nível acústico. Exemplo disso é que a seleção de uma determinada estrutura ilocucionária no nível interpessoal pode ser suficiente para provocar um padrão prosódico no nível acústico.

Como se pode ver, o modelo de GFD caracteriza-se pela integração de duas abordagens: o da estratificação descendente e a modular. Em oposição ao modelo da GF, que é ascendente (*bottom up*), propõe um modelo de produção do discurso descendente (*top-down*). Isso significa que a geração de estruturas subjacentes e as interfaces entre os vários níveis são descritas em termos das decisões comunicativas de um falante na produção dos enunciados.

A figura 6 expõe uma versão expandida do modelo da GFD, o qual incorpora as várias adaptações apresentadas no quadro 2.

⁸ *Templates* (HENGEVELD, 2004, p. 377).

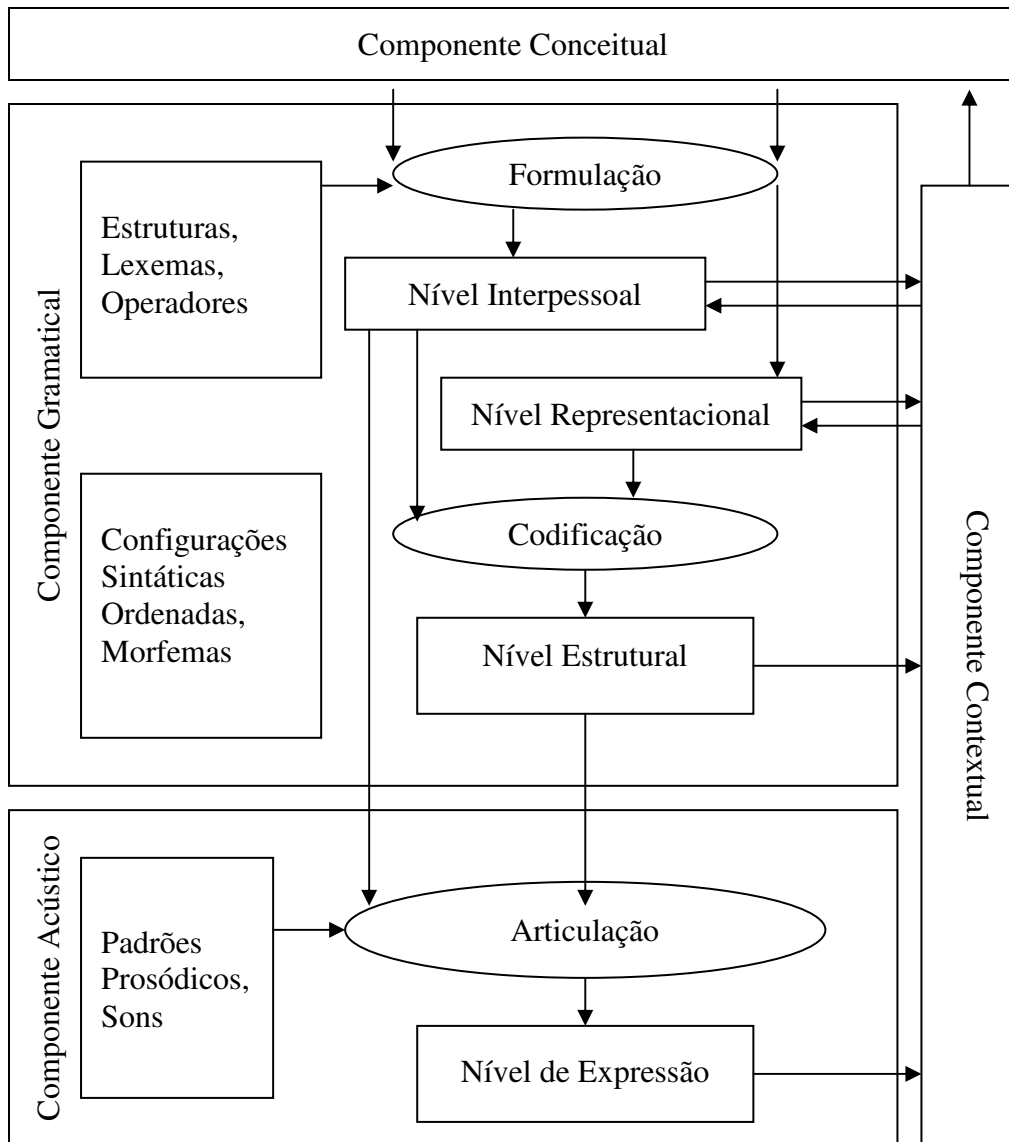


Figura 6: Versão expandida da GFD

(Hengeveld, 2004, p. 376)

A presente pesquisa, iniciada e desenvolvida em fase anterior à discussão e à divulgação que se faz desse novo modelo, beneficia-se de algum modo por ele, mas orienta-se, basicamente, pela proposta de Dik (1997).

No capítulo seguinte, procede-se a uma incursão ao conjunto das proposições funcionalistas que dão base ao estudo do processo de modalização e da categoria modalidade, com ênfase dada à modalidade epistêmica.

CAPÍTULO II

2. O PROCESSO DE MODALIZAÇÃO E A CATEGORIA MODALIDADE

Neste capítulo, faz-se um percurso pelas investigações efetuadas no campo de análise da manifestação da modalidade e do uso dos meios lingüísticos no processo de modalização do enunciado, com ênfase dada à modalidade dita *epistêmica*.

Já se falou, no início do capítulo anterior, da complexidade do estudo do objeto lingüístico, notadamente naquilo que é relativo à ausência de biunivocidade entre forma e função, isto é, o *isomorfismo* lingüístico, o qual, segundo Furtado da Cunha *et al.* (2003, p. 31), citando Bolinger, consiste na condição natural da língua de “preservar uma forma para um sentido, e vice-versa”. No entanto, esses autores acrescentam que, em estudos sobre os processos de mudança e variação lingüística, se constata a existência de “duas ou mais formas alternativas de dizer ‘a mesma coisa’”. Isso é comuníssimo nos estudos relativos à modalização e à modalidade. Analisem-se os trechos abaixo extraídos de narrativas orais do *corpus* utilizado na pesquisa:

(7) e eu fiquei tão ... é a ... ficou tão cheio de escoriações nas pernas principalmente ... que eu pensava que num ia andar mais ... num tinha quebrado nada ...mas tinha medo de andar ... aí fiquei quase esse tempo todinho que passei no hospital numa cadeira de roda ... tinha medo de ... de ... de ... de levantar e num **poder** andar ... interessante ... num sentia dor nenhuma mas eu ... (D&G, NEP, 3G, INFO1)

(8) havia antigamente era uma ... uma tribo de índio né ... aí você sabe que onde há essa ... essas tribo de índio ... há um ... um ... é:: local santo que eles chamam né ... ali num **pode** ser construído nada ... nem ... nem cemitério nem nada ... também né ... aí ... havia ... onde tinha a parte baixa do cemitério e a parte alta do cemitério onde os índios lá fazia ... os negócio dele lá ... (D&G, NR, 3G, INFO1)

O verbo *poder*, como auxiliar, é empregado nos dois enunciados pelo mesmo informante. Pode-se observar que, no primeiro exemplo, o verbo *poder* é usado pelo informante como um modalizador de caráter *inerente*, que, segundo Dik (1997, p. 241), define a relação entre um falante e a realização de um estado-de-coisas (*andar*) em que ele está

envolvido, consistindo na habilidade ou na disposição de ele realizar esse estado-de-coisas — o informante narrava um acidente que lhe ocorreu e as conseqüências dele, a perda, por algum tempo, da capacidade de andar. No segundo exemplo, o informante lança mão do verbo *poder*, não mais como um modalizador inerente, mas como um modalizador *deôntico*, mediante o qual ele avalia a realidade do estado-de-coisas em termos de um sistema de regras morais, legais ou sociais (DIK, 1997, p. 242). O informante conta uma história em que não se podia construir no local descrito nenhuma edificação, pois ali havia um cemitério indígena; logo, costumes sociais, movidos por uma questão mística, implicavam uma não-permissão, um impedimento. Portanto, o mesmo item lingüístico foi utilizado em contextos distintos, com funções distintas.

Na seção seguinte, relacionam-se algumas concepções sobre a categoria modalidade formuladas dentro de algumas vertentes teóricas.

2.1. Modalidade — aspectos conceituais

O estudo da modalidade originou um sem-número de discussões, constituindo-se um campo cujos limites são imprecisos e difíceis de ser definidos.

Na maioria dos trabalhos sobre a modalidade, as primeiras investigações acerca desse tema são atribuídas a Aristóteles.

No que concerne às investigações sobre as primeiras modalidades (as aléticas ou aristotélicas), Neves (2006, p. 154) afirma que, por meio do quadro lógico formulado por Aristóteles, se determinaram tais modalidades com base nas modalidades fundamentais da possibilidade e da necessidade e, mediante a negação, respectivamente, da impossibilidade e da contingência. As noções de falso e/ou verdadeiro das proposições são referentes à modalidade alética; isso implica a possibilidade de os enunciados de uma ciência apresentarem um caráter necessário ou possivelmente verdadeiro. Neves (2006: p. 155) argumenta, citando Parret (1988, p. 91), que o conceito de verdade, nesse tipo de consideração, perde a característica de ser absoluta e passa a ser possível ou necessária, conforme o eixo a seguir representado:

necessário	contingente	impossível
	(nem necessário nem impossível)	

Neves (2006, p. 155), ainda referindo Parret (1988, p. 93 e 96), diz que o eixo do conhecimento e o da conduta foram definidos pelos filósofos lógicos, os quais designaram as modalidades epistêmica e deôntica relativas, respectivamente, ao eixo da crença e ao da conduta, de acordo com a representação abaixo:

<i>certo</i> (<i>p</i>)	(pelo menos) <i>provável</i> (<i>p</i>)	(pelo menos) <i>possível</i> (<i>p</i>)
obrigatório	certo	necessário

Neves⁹, tratando das relações entre Lógica e Lingüística para definir a categoria modalidade, discorre sobre a complicação provocada pela inter-relação entre os conceitos lógicos e os lingüísticos para os estudos puramente lingüísticos. Em virtude de as línguas naturais não serem lógicas, os objetivos da Lingüística diferem dos da Lógica com relação ao estudo das modalidades, haja vista que a Lógica desconsidera o enunciador, atendo-se apenas à “estrutura formal das modalidades em termos de valores de verdade”. Segundo Neves, citando Alexandrescu (1976, p. 19), “saber que uma proposição *p* é obrigatória ou necessária é ‘saber para quem *p* é obrigatória ou necessária, quem aprecia o valor modal do enunciado *p*, e em virtude de qual sistema de normas” (grifos da autora).

Outro fato complicador nessa inter-relação, acrescenta Neves¹⁰, se deve a um aspecto taxonômico que diz respeito ao uso natural dos termos concernentes a noções básicas da Lógica, *e.g.*, possibilidade, necessidade, probabilidade, factualidade, com vistas a estabelecer definições relativas à modalização dos enunciados. No tocante às conceituações, Neves, citando Bally (1942), Palmer (1986) e Lyons (1977), admite que é raro as conceituações se desembaraçarem das noções aparentadas com a Lógica, mas aponta, como exceção, a seguinte definição de Maingueneau (1990, p. 180) para a categoria modalidade: “a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado”.

No âmbito da Lingüística, o trabalho de Lyons (1977) é referência comum nessa discussão. Com base nos lógicos que traçavam, em geral, uma distinção entre proposições que são aleatoriamente verdadeiras ou falsas e proposições que são tanto necessariamente verdadeiras como necessariamente falsas, Lyons (1977, p. 787) trata a modalidade com relação ao conteúdo de verdade que uma proposição encerra, ou seja, a afirmação de que uma proposição é contingencialmente verdadeira implica que ela é, ou pode ser, falsa em outros mundos possíveis, ainda que tal proposição seja uma verdade de um mundo ou do estado de

⁹ *Ibid.*

¹⁰ *Ibid.*, p. 156.

mundo o qual está sendo descrito. Desse modo, uma proposição necessariamente verdadeira — proposição analítica — é aquela cuja verdade não constitui simplesmente uma questão de como o mundo se apresenta em um determinado tempo. As proposições analíticas têm a sua verdade estabelecida ou garantida pelo significado das sentenças que as expressam, e o conhecimento (ou a crença) de que elas são verdadeiras tem caráter não-empírico, pois ele não é baseado na experiência nem pode ser modificado por ela. Lyons centra essa concepção nas noções de necessidade e possibilidade, isto é, se uma proposição (p) é necessariamente verdadeira, então a sua negação ($\sim p$) pode não ser possivelmente verdadeira, e, se p for possivelmente verdadeira, sua negação não é necessariamente verdadeira. Lyons (1977, p. 788) afirma que é possível afirmar ou assumir que algumas proposições são de fato verdadeiras, porque se sabe ou se crê que elas devem ser verdadeiras, e esse conhecimento ou essa crença é construída com base em estruturas semânticas das línguas que se usam para representar uma descrição do universo. Ele cita o exemplo: *Se Alfred é solteiro, ele deve ser não-casado*¹¹, e o formaliza da seguinte maneira:

$$(9) \text{ nec } (S(a) \rightarrow \sim C(a)).$$

Nesse esquema, “nec” é necessidade, S é um predicado (termo usado no sentido comumente empregado pelos lógicos) significando “solteiro”, e C, um predicado significando “casado”. Conseqüentemente, chega-se a uma nova formalização:

$$(10) S(a) \rightarrow \sim C(a).$$

Em outras palavras, tem-se que *Se Alfred é solteiro, ele não é casado*¹². (10) constitui a formalização do tipo de inferência a que se chega naturalmente, embora não se faça de modo explícito, a partir da asserção:

$$(11) \text{ Alfred é solteiro.}^{13}$$

Todavia (10) se deduz da proposição universalmente quantificada:

¹¹ *If Alfred is a bachelor, he must be unmarried* (LYONS, 1977, p. 788).

¹² *If Alfred is a bachelor, he is not married* (*Ibid.*, p. 788).

¹³ *Alfred is a bachelor* (*Ibid.*).

(12) $(x) (S(x) \rightarrow \sim C(x))$.

Deve-se, então, assumir que (12) é verdadeira não só porque é uma verdade no mundo em que um anglófono nativo, por exemplo, vive, mas também porque ela poderia ser apenas verdadeira em virtude do significado de “solteiro” e de “casado”. Nesse caso, pode-se dizer que a verdade de (8) e, conseqüentemente, de (6) é garantida pela verdade de:

(13) $\text{nec } ((x) S(x) \rightarrow \sim C(x))$.

A diferença entre (12) e (13) é que a fórmula estabelece o fato de que todo solteiro não é casado, ao passo que esta torna o conteúdo da proposição uma questão de necessidade lógica.

Lyons desdobra ainda mais o exemplo, chegando a uma dicotomia entre modalidade epistêmica e modalidade deôntica. Para tanto, Lyons (1977, p. 791) lista dois exemplos:

(14) “Eu (seguramente) concluo que Alfred não é casado”¹⁴

e

(15) “Alfred é obrigado a não ser casado”¹⁵.

Assim, a necessidade epistêmica faz parte do conteúdo de (14) enquanto a necessidade deôntica, do conteúdo de (15).

Como já se disse, de acordo com Neves (1996, p. 163), para se estudar a expressão lingüística da modalidade, deve-se buscar os modelos teóricos formulados pela Lógica, contudo o estudo de tal categoria não se relaciona com os lógicos em razão do “caráter não-lógico, ou não-ordenado, das línguas naturais”. Ela considera, ainda, a licitude de afirmar-se que os eixos do conhecimento e da conduta podem, de forma pertinente, estar correlacionados com as funções lingüísticas de base. De acordo com Neves¹⁶, os elementos atitudinais determinam a modalidade de uma sentença.

¹⁴ *I (confidently) infer that Alfred is unmarried (Ibid., p. 791)*

¹⁵ *Alfred is obliged to be unmarried (Ibid)*

¹⁶ *Ibid.*, p. 165.

Com referência às expressões das atitudes do falante, Neves (2006, p. 157) assevera que elas parecem ser consideradas pela tradição lingüística como o instrumento essencial para manifestar a modalidade em uma língua natural.

A lingüista¹⁷, enfim, relata algumas propostas para equacionar os fatores de complicação provocados pela inter-relação entre Lógica e Lingüística, entre elas, a de Givón (1984):

“a investigação das modalidades na língua em uso, embora indissociável das bases lógicas que definem as proposições individuais, se redefine em função da sua inserção pragmática, ou seja, da sua inserção no evento comunicativo, no qual a expressão lingüística — e, portanto, as proposições que a compõem — é apenas um elemento dentro das relações entre falante e ouvinte, suas intenções comunicativas e suas reconstruções de intenções.”

Nos domínios da Lingüística Textual, Koch (2004, p. 125) afirma que a finalidade das estratégias modalizadoras é “preservar a face do locutor, por meio da introdução no texto de atenuações, ressalvas, bem como marcar o grau de comprometimento, de engajamento do locutor com o seu dizer, o grau de certeza com relação ao dito”. Para exemplificar o que assevera, ela apresenta o seguinte fragmento em itálico, em que a locutora L2 busca minimizar a responsabilidade sobre aquilo que enuncia, ficando claro o descomprometimento de L2 com o que diz:

- (16) L2 mas eu tenho a impressão que ela acabou se vendo mais ou menos numa () mais... ou menos (...)
 L1 cerceada não é
 L2 cerceada ela chegou a um ponto... *eu não a conheço eu a vi duas ou três vezes eu nunca conversei com ela () mas mas pelo que chega à gente de terceiros parece que ele (ao menos) tentou lutar tentou lutar e*
 L1 não::
 L2 não conseguiu... ela também não sei a impressão
 L1 (insegurança né)
 L2 que eu tenho pelo menos... ela também está meio:: desiludida... (D2 SP 360: 732-744)¹⁸.

Koch (2004, p. 135-139) diz que os modalizadores constituem a primeira classe de marcadores metadiscursivos. Ela os dispõe em dois grupos: os modalizadores *stricto sensu* e os modalizadores *lato sensu*. Aqueles expressam as modalidades estudadas há muito tempo pela lógica e pela semântica, são as modalidades alética, epistêmica e deôntica. Estes constituem os modalizadores axiológicos, atitudinais e atenuadores.

¹⁷ *Ibid.*, p. 158.

¹⁸ Os exemplos de 16 a 27 foram retirados de Koch (2004, p. 125, 135-139)

Os modalizadores aléticos, para Koch, fazem referência à possibilidade ou à necessidade relativa à existência dos estados-de-coisas no mundo. Ela acrescenta que estes são geralmente confundidos com os modalizadores epistêmicos ou com os deônticos e ilustra com o exemplo seguinte:

- (17) **É impossível** não se comover com essas lúcidas palavras de Nildo Ouriques. A poluição conecta-se ao despovoamento do interior do Estado, tanto que a pequena propriedade fundiária está em vias de extinção (“Nildo Ouriques, o reitor necessário em Santa Catarina”, *Caros Amigos*, nº 78, set. 2003, p. 43).

Com relação aos modalizadores epistêmicos, estes marcam o engajamento ou o comprometimento do locutor atinente àquilo que ele enuncia, ou seja, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados. Observem-se os exemplos a seguir, os quais ilustram, respectivamente, o comprometimento e o descomprometimento do locutor com o conteúdo de seu enunciado:

- (18) **Evidentemente**, a divisão social do trabalho, associada aos direitos de propriedade e mediada pelo dinheiro, é uma maneira um tanto engenhosa de organizar a produção. [...] Não há como negar que, excluindo todas as demais dimensões da vida humana, o capitalismo é um eficiente sistema produtor de mercadorias. (...) (Marcelo Manzano, “Eu e o mundo”, *Caros Amigos*, nº 54, set. 2001).

- (19) Nestes últimos dias Toninho andava tenso e irritado sem dizer por quê. **Talvez** fosse pelos problemas que enfrentava na região de Viracopos (...) (“Quem matou Toninho do PT?”, *Caros Amigos*, nº 78, set. 2003, p. 270).

No tocante aos modalizadores deônticos, por meio deles, atribui-se um grau de imperatividade ou facultatividade ao conteúdo proposicional. Veja-se o exemplo:

- (20) **É preciso** erradicar essa culpa terrível e mostrar que, ao contrário do que se propaga por aí, professor universitário não é subprivilegiado e cúmplice da tragédia nacional (...) (“Nildo Ouriques, o reitor necessário em Santa Catarina”, *Caros Amigos*, nº 78, set. 2003, p. 43).

Os modalizadores axiológicos têm a função de avaliar os eventos, as situações, as ações que o enunciado menciona. Observem-se os exemplos a seguir:

- (21) Ainda não se sabe ao certo quem matou Toninho do PT. **Inexplicavelmente**, o caso foi dado como encerrado e não se falou mais nisso.

- (22) **Diligentemente**, a polícia saiu no encalço do seqüestrador e conseguiu prendê-lo antes que deixasse a cidade.

Os modalizadores que expõem a atitude psicológica do locutor em relação aos eventos constantes de seu enunciado são os atitudinais ou afetivos. É exemplo desse tipo de modalizador a palavra em negrito no fragmento seguinte:

- (23) **Lamentavelmente**, a Universidade contribuiu para o colapso ecológico da Ilha, destruindo a mata e jogando objetos químicos no mangue (...) (“Nildo Ouriques, o reitor necessário em Santa Catarina”, *Caros Amigos*, nº 78, set. 2003, p. 43).

Existem ainda os modalizadores que funcionam como atenuadores a fim de preservar “as faces dos interlocutores”, como nos exemplos seguintes:

- (24) **Talvez fosse melhor** pensar em modificar o atual estatuto, que, **ao que me parece**, apresenta algumas lacunas que poderão criar problemas futuros.
- (25) **No meu modesto modo de entender, creio que** deveríamos refletir um pouco mais sobre a questão.

Tem-se, finalmente, um modalizador, de que o enunciador lança mão com o objetivo de mostrar-se sincero, honesto e franco ao seu interlocutor, são os “*comentadores da forma como o enunciador se representa perante o outro no ato de enunciação*”, como em:

- (26) **Falando francamente...** não consigo entender o que você está querendo insinuar (“eu estou sendo franco ao dizer x”).
- (27) **Honestamente**, não se pode falar em corrupção no caso em tela.

Almeida (1988, p. 10), para tratar a categoria da modalidade, compara dois enunciados:

- (28) *Carlos disse a verdade.*
- (29) *Carlos talvez diga a verdade.*

Ele considera o primeiro um fato real, o qual foi modificado por força da alteração da forma verbal (de *disse* para *diga*) apoiada pelo determinante verbal *talvez*. Dada essa alteração, o que era um fato real passou a ser dito como algo que encerra dúvida. Traçando

um paralelo entre a modalidade e o processo verbal, ele afirma que tal processo tem a característica de indicar a participação do falante como sujeito, cuja atitude mental é revelada; contudo, ele também afirma não haver concordância no que concerne ao tratamento de modo e modalidade, e o problema deve-se ao fato de a noção modal estar ligada somente às noções dos modos indicativo, imperativo e subjuntivo ou também às noções de realidade, possibilidade, dúvida, etc. Almeida¹⁹ considera a modalidade uma categoria basicamente determinada pela atitude do falante, embora, referindo Kant, se possa ver nela certa objetividade devida à generalização do fato por todos os falantes. Para exemplificar isso, Almeida cita a expressão *poder chover* usada por um falante, o qual se baseou na existência de nuvens no céu para fazer uso dela; nesse caso, nota-se o caráter objetivo da possibilidade de tal evento acontecer, dado pela expressão, ainda que se tenha originado de uma atitude subjetiva. Diferentemente dessa situação, tem-se a mesma expressão empregada por um falante que, baseado apenas no aspecto intuitivo, afirma que pode chover em um dia ensolarado.

Nesse sentido, como afirma Quirk (1985), a modalidade consiste na maneira com que o significado de um enunciado é qualificado a fim de expressar o julgamento do falante a respeito da probabilidade de ser verdadeira a proposição expressa pelo seu enunciado. Também em Saint-Pierre (1992), a modalidade é vista como o ato de o sujeito da enunciação assumir o conteúdo de seu enunciado relativo a um evento ou a uma relação de intersubjetividade, donde surge a distinção entre o conteúdo do pensamento e a atitude tomada pelo falante relativamente a esse conteúdo.

Palmer (1986) reconhece a modalidade como sistemas modais que basicamente envolvem as noções de possibilidade e necessidade, mas também qualquer sistema modal que indique o nível de comprometimento do falante com aquilo que enuncia; isso deve ser interpretado como a expressão do nível de compreensão ou de conhecimento do falante, o que inclui claramente o seu julgamento e o tipo de garantia que tem para aquilo que está expresso em sua enunciação. Palmer (1986, p. 15) acrescenta que, para o estudo dessa categoria, se deve considerar não só a maneira como o falante expressa suas atitudes e opiniões, mas também a maneira como os outros podem reportá-las. Palmer apresenta estes exemplos:

(30) *Ele pode estar lá.*²⁰

¹⁹ *Ibid.*, p. 12-13.

²⁰ *He may be there* (PALMER, 1986, p. 15).

(31) *John pensava que ele estivesse lá.*²¹

Estendendo mais a concepção da categoria modalidade, Palmer (1986, p. 16) assevera que, embora se possa estabelecer uma distinção entre a modalidade subjetiva e a objetiva, a lógica tradicional tem-se referido mais à modalidade objetiva, a qual exclui o falante. No entanto, a modalidade, especialmente quando é marcada gramaticalmente, parecer ser, em essência, subjetiva; desse modo, a modalidade envolve as características subjetivas de um enunciado, constituindo-se a subjetividade em critério essencial para a modalidade, a qual poderia ser definida como a gramaticalização das atitudes e opiniões do falante.

Quanto às modalidades deôntica e epistêmica, Palmer (1986, p. 121) diz que, semanticamente, parecem ter pouca coisa em comum: esta se refere à língua como informação, à expressão do grau ou da natureza do comprometimento do falante relativo à verdade daquilo que ele diz; enquanto aquela se refere à língua como ação, sobretudo à expressão pelo falante de sua atitude concernente a possíveis ações realizadas por ele ou por outros. De fato, o que essas modalidades parecem partilhar é o envolvimento do falante.

Além dessas duas modalidades, Palmer²² trata de outros tipos. A comissiva, por exemplo, é definida como uma promessa ou uma ameaça, e a única diferença entre essas duas ações parece estar naquilo que o ouvinte quer. Palmer acrescenta que a comissiva é raramente expressa por uma forma gramatical específica, contudo, na língua inglesa, o auxiliar *shall* associado com a segunda e a terceira pessoa constitui claramente um exemplo de comissiva nas frases seguintes:

(32) *Você deverá ir ao circo.*²³

(33) *John deverá ter o livro amanhã.*²⁴

Nesse caso, o falante compromete-se ao assegurar que tais eventos ocorram, ou seja, ele promete criar os meios necessários para que a pessoa (o ouvinte) vá ao circo e para que John receba o livro.

A modalidade volitiva apresenta uma relevante distinção: ela divide-se em desejo e esperança (ou expectativa). É essencialmente o mesmo que há entre o irreal e o real nas

²¹ *John thought he was there (Ibid.).*

²² *Ibid.*, p. 115-121.

²³ *You shall go to the circus (Ibid, p. 115).*

²⁴ *John shall have the book tomorrow (Ibid).*

sentenças condicionais. Com sentenças condicionais irrealis e com a manifestação de desejo, o falante indica um tipo de crença negativa, isto é, o evento é improvável ou impossível; enquanto, com sentenças condicionais realis e com a manifestação de desejo, o falante deixa a possibilidade completamente aberta. Nas orações subordinadas, a distinção gramatical entre desejo e esperança (ou expectativa) expressa-se da mesma maneira que é expressa nas sentenças condicionais realis ou irrealis — pela mudança do tempo verbal. Eis alguns exemplos:

(34) *Eu espero que John esteja aqui agora.*²⁵

(35) *Eu desejava que John estivesse aqui agora.*²⁶ (.)

A tradução para a língua portuguesa desses enunciados não se apresenta produtora, porque a expressão do desejo e da esperança nas orações encaixadas, em português, implica apenas o uso do modo subjuntivo no presente ou no imperfeito; nesse caso, a seleção do tempo verbal da oração subordinada será condicionada pelo verbo da oração principal, como se vê nos enunciados.

A modalidade avaliativa não é estritamente modal se ela for definida como atitudes relativas a fatos conhecidos. No entanto, a modalidade avaliativa deve ser assim considerada sucintamente, porque ela, algumas vezes, pode ser inclusa nos sistemas modais dada a sua natureza subjetiva. O exemplo (36), em que Palmer cita Derbyshire, ilustra certeza, predição ou advertência; o (37), dúvida positiva ou descrença:

(36) *Ele está vindo. Fique atento!*²⁷

(37) *Eles estão vindo! Eu não acredito nisso!*²⁸

Esses valores semânticos da modalidade avaliativa podem expressar o grau de comprometimento do falante com a verdade.

Hengeveld (1988, p. 9), abrigando-se na Gramática Funcional, considera que a modalidade, em oposição à ilocução, pertence ao domínio do conteúdo proposicional. Os

²⁵ *I hope John is here now (Ibid, p. 117).*

²⁶ *I wish John were here now (Ibid).*

²⁷ *He's coming — be warned! (Ibid, p. 119).*

²⁸ *They are coming! I don't believe it! (Ibid).*

elementos léxico-gramaticais que dão expressão às distinções modais constituem parte da informação que o falante deseja transmitir ao evidenciar uma predicação a fim de que seja levada em consideração. Hengeveld²⁹ distingue três tipos de modalidade:

- MODALIDADE INERENTE: todos os meios lingüísticos por meio dos quais o falante pode caracterizar a relação entre o participante em um estado-de-coisas e a realização desse estado-de-coisas;
- MODALIDADE OBJETIVA: todos os meios lingüísticos por meio dos quais o falante pode avaliar a realidade de um estado-de-coisas em termos de seu conhecimento de uma estado-de-coisas possível;
- MODALIDADE EPISTEMOLÓGICA: todos os meios lingüísticos por meio dos quais o falante pode expressar seu comprometimento com a verdade de uma proposição.

Com relação à modalidade inerente, Hengeveld aponta que as diferentes distinções a serem feitas dentro desse tipo de modalidade são todas internas ao estado-de-coisas e divide-a em:

(i) habilidade — por meio do uso de um predicado de habilidade, o falante declara que algum participante de um estado-de-coisas tem capacidade para realizar uma determinada atividade:

(38) *John é capaz de consertar qualquer tipo de carro.*³⁰;

(ii) obrigação e permissão — mediante o emprego de um predicado de obrigação ou permissão, o falante declara que algum participante de um estado-de-coisa tem a obrigação ou recebeu a permissão de tomar parte em algum processo ou atividade:

(39) *John tem de ir ao hospital.*³¹

(40) *John está livre para sair agora.*³²;

(iii) Volição — por intermédio do uso de um predicado de volição, um falante declara que algum participante de um estado-de-coisa pretende, deseja, espera ou quer tomar parte em alguma atividade, processo ou situação:

²⁹ *Ibid.*, p. 10.

³⁰ *John is able to repair any kind of car* (HENGEVELD, 1988, p. 10).

³¹ *John has to go to the hospital* (*Ibid.*, p. 11).

³² *John is free to go now* (*Ibid.*).

(41) *Ronald espera candidatar-se à presidência.*³³

(42) *Anthony deseja conseguir o emprego.*³⁴

(43) *Susan quer ser rica.*³⁵

No tocante à modalidade objetiva, Hengeveld diz que os meios lingüísticos que exprimem distinções modais objetivas podem ser considerados como o resultado do processo de avaliação por parte do falante no que se refere ao *status* de realidade de um estado-de-coisas. Os típicos estados-de-coisas reais são aqueles designados por predicções que dizem respeito ao presente e por predicções que são governadas por um verbo de percepção. Vejam-se os exemplos seguintes:

(44) *Sua gravata nova está ali.*³⁶

(45) *Eu vejo que você está usando sua gravata nova.*³⁷

Assim, conforme Hengeveld, pode-se assumir que dizer que um estado-de-coisa é apresentado como real equivale a também dizer que ele não está modalizado. Do mesmo modo que um estado-de-coisa pode ser apresentado como real, ele pode ser apresentado como irreal. O conhecimento no qual o falante tem de basear sua avaliação de um estado-de-coisa pode ser subdividido em:

(i) conhecimento de situações possíveis obtido pela concepção do falante de realidade ou de situação hipotética;

(ii) conhecimento de situações possíveis relativo a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais.

Os rótulos *epistêmico* e *deôntico* são geralmente usados para cobrir as distinções modais que dependem da avaliação do falante em termos dos conhecimentos (i) e (ii) respectivamente. Dependendo do grau de compatibilidade do estado-de-coisa designado por uma

³³ *Ronald hopes to run for the presidency (Ibid).*

³⁴ *Anthony is willing to get the job (Ibid).*

³⁵ *Susan wants to be rich (Ibid).*

³⁶ *Your new tie is over there (Ibid., p. 12).*

³⁷ *I see you are wearing your new tie (Ibid).*

predicação com os conhecimentos (i) e (ii) do falante, um *continuum* de possibilidade e um de permissividade podem ser estabelecidos, como se vêem a seguir:

- (i) certo – provável – possível – concebível – impossível
- (ii) obrigatório – habitual – permitido – aceitável – proibido

Hengeveld (1988, p. 16), com o intuito de discutir sobre a modalidade epistemológica, estabelece as diferenças entre a modalidade subjetiva, que, segundo ele, é uma subcategoria da modalidade epistemológica, e a modalidade objetiva. Esta concerne à avaliação do falante de um estado-de-coisa em termos de seu conhecimento, enquanto aquela se refere à expressão pelo falante do grau de seu comprometimento com relação ao conteúdo de verdade da predicação que ele formula. Advérbios modais sempre expressam a modalidade subjetiva, e adjetivos modais, a modalidade objetiva.

Hengeveld, por meio do quadro abaixo, estabeleceu as diferentes distinções modais da modalidade epistemológica:

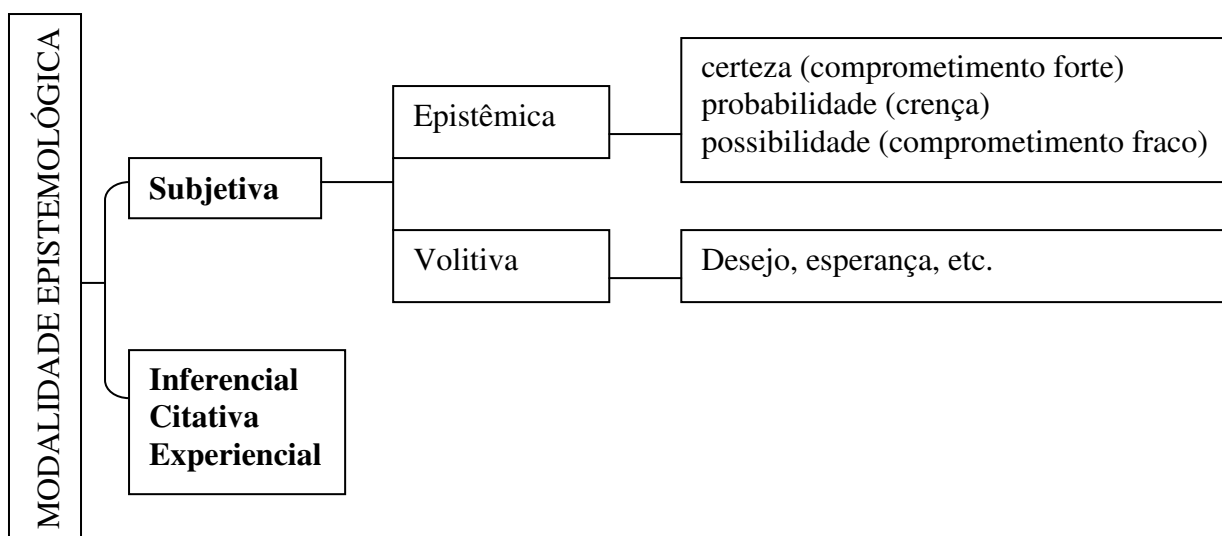


Figura 7: Distinções modais da modalidade epistemológica

(HENGEVELD, 1988, p. 21)

Quando se trata da fonte da proposição modalizada, Hengeveld (1988, p. 19) afirma que o fato de esta não poder ser questionada indica que, ao modalizar subjetivamente, o falante revela-se como a fonte (evidência), como o único que faz um julgamento sobre a informação contida na proposição. No entanto, nesse nível de modalização, o falante não é a única fonte possível. Citando Chung e Timberlake, Hengeveld aponta as seguintes distinções modais referentes à fonte da informação, conforme a figura acima: a inferencial é aquela em

que a informação é caracterizada como inferida a partir de alguma evidência; a citativa constitui aquela em que a informação é atribuída a uma outra fonte que não o enunciador; a experiencial designa a modalidade epistemológica em que se caracteriza a informação como evento vivenciado pelo enunciador.

Em síntese, a modalidade inerente, segundo Hengeveld (1988, p. 23), é analisada como se operasse internamente ao estado-de-coisa; a modalidade objetiva, como se operasse em um estado-de-coisa designado pela predicação, e a modalidade epistemológica, como se operasse no conteúdo proposicional de uma sentença.

Assim, esses diferentes níveis, as funções e os meios possíveis de expressão para os diferentes tipos de modalidade são apresentados no quadro seguinte, apresentado por Dall’Aglío-Hattner (2001):

MODALIDADE	FUNÇÃO	NÍVEL	EXPRESSÃO
Inerente	Caracterizar a relação entre um participante e um estado-de-coisas	Interno ao estado-de-coisas	Predicados
Objetiva	Avaliar a realidade de um estado-de-coisas	Predicação	Predicados encaixadores e operadores verbais
Epistemológica	Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição	Predicados encaixadores, operadores e satélites

Quadro 3: Tipologia das modalidades segundo Hengeveld

(DALL’AGLIO-HATTNER *et al*, 2001, p. 110)

Com base na proposta de Hengeveld, Neves (s/d) argumenta que, para o estudo da modalidade em enunciados, é necessário verificar as camadas de constituição, já que tal categoria pode atuar em diferentes níveis. Desse modo, no primeiro nível, o da estrutura interna da predicação, a modalidade denominada *inerente* refere-se às relações entre um participante e a realização de um estado-de-coisas no qual esse participante está envolvido. No segundo nível, o da predicação ou dos estados-de-coisas, a modalidade denominada *objetiva*, sendo relativa ao fato de o falante avaliar a realidade do estado-de-coisas o qual a predicação designa, sem que se apresente como a opinião pessoal. No terceiro nível, o da proposição ou dos fatos possíveis, a modalidade denominada *epistemológica* e refere-se ao compromisso do falante em relação à verdade da proposição ou a sua atitude relativa ao

conteúdo da proposição. Também seguindo Hengeveld, Neves³⁸ divide esse tipo de modalidade a partir de dois subtipos: a modalidade *subjativa* — aquela em que “o falante toma a responsabilidade pessoal em relação ao conteúdo da proposição, e assinala o grau de sua certeza em relação à verdade ou validação desse conteúdo”; a modalidade *evidencial* — aquela em que “o falante dá indicação de como obteve informação sobre a qualidade da proposição”.

Givón (2001, p. 300), para definir modalidade, compara a modalidade proposicional associada a uma oração com uma concha, que envolve o seu conteúdo, mas não o modifica, ou seja, a estrutura proposicional da oração – os papéis semânticos e gramaticais, tipos de predicação e transitividade – do mesmo modo que verdadeiros itens lexicais que preenchem os vários espaços da estrutura, permanece não-afetada pela modalidade envolvida na proposição. Desse modo, a modalidade codifica a atitude do falante em relação à proposição.

Os exemplos a seguir, retirados de Givón (2001, p. 300), ilustram como mudanças na modalidade não atingem a estrutura proposicional:

- a. Darla atirou no tigre.
- b. *É muito ruim que* Darla tenha atirado no tigre.
- c. *Se* Darla atira no tigre,...
- d. Darla *não* atirou no tigre.
- e. *Ele disse à Darla que* ela *teria* atirado no tigre.
- f. Atire no tigre, Darla!
- g. Darla atirou no tigre? (a interrogação)

Nesses exemplos, o evento constante da oração está inserido em um diferente tipo de modalização, mas o conteúdo proposicional, o qual identifica “Darla” como o sujeito-agente, o “tigre” como objeto-paciente e “atira” como evento transitivo, permanece relativamente inalterado no nível da predicação, representacional.

Givón entende por atitude, neste caso, principalmente, dois tipos de julgamento feito pelo falante em relação à informação proposicional constante no enunciado:

- *Julgamento epistêmico*: verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência.

³⁸ *Ibid.*, p. 1-2.

- *Julgamento avaliativo* (“deôntico”): vontade, preferência, intenção, habilidade, obrigação.

Segundo ele, essas duas submodalidades não são sempre mutuamente excludentes; na verdade, elas se cruzam de maneiras bastante específicas.

Depois de se observar como alguns lingüistas tratam a categoria modalidade, o capítulo seguinte traz uma visão mais acurada do tipo de modalidade que constitui o cerne desta pesquisa — a modalidade epistêmica.

2.2. A modalidade epistêmica: as estratégias de (des)comprometimento

Palmer (1986, p. 51) aborda a questão de como definir o termo *epistêmico* no estudo da modalidade. Segundo o autor, esse termo deveria ser aplicado aos sistemas modais que basicamente envolvem as noções de possibilidade e necessidade e a qualquer sistema modal que expresse o comprometimento do falante com aquilo que ele enuncia. Palmer acrescenta que esse termo deveria incluir as noções de evidência como os boatos e os relatos. A declaração pode ser considerada como um elemento não-modalizado do sistema epistêmico. Etimologicamente, o termo *epistêmico* deve ser interpretado como “compreensão” e “conhecimento”, porque expõe as condições de compreensão e conhecimento do falante, o que inclui tanto seus próprios julgamentos quanto a garantia que ele tem para o que diz. E no que tange a julgamentos e evidências, Palmer afirma que há, no mínimo, quatro formas por meio das quais o falante pode indicar que ele não apresenta o que está enunciando como um fato, mas pode indicar, preferivelmente: (i) que ele está especulando sobre um fato; (ii) que ele o apresenta como uma dedução; (iii) que lhe falaram sobre o fato; (iv) que a questão é meramente de aparência, baseada na evidência (possivelmente falível) de sentidos.

Por isso, Palmer (1986, p. 53) argumenta que essas distinções modais pertencem a dois sistemas diferentes da modalidade epistêmica: opiniões e conclusões envolvem julgamentos feitos pelo falante, mas os relatos indicam o tipo de evidência que o falante tem para aquilo que está dizendo. Então, existem dois subsistemas: um de julgamentos, que envolve especulação e dedução, e o outro de evidências, do qual o subsistema citativo é constituinte.

Nuyts (1993, p. 946) contrapõe-se à concepção de que a modalidade epistêmica contém a modalidade evidencial, assumida por Hengeveld³⁹ (1988, p. 21). Nuyts, baseando-se no enunciado *Alfred may be unmarried* (*Alfred pode ser solteiro*) e nas inúmeras possibilidades de inferência que o falante pode fazer para modalizar esse estado-de-coisa, assegura que o julgamento feito pelo falante é, sem dúvida, baseado em algum de tipo de evidência, isto é, sem evidência, nenhuma avaliação da probabilidade de um estado-de-coisa é possível, podendo apenas dizer que não se sabe. O que pode variar, nesse caso, é a qualidade da evidência que se tem para o julgamento modal; em outras palavras, avalia-se o quão convincente é a evidência.

Dall’Aglío-Hattner (1996, p. 171), por sua vez, corrobora a declaração de Nuyts (1993, p. 946) de que a modalidade epistêmica é contida pela evidencialidade, considerando-a como “a expressão da avaliação feita pelo falante com base no conjunto de conhecimentos e crenças que esse falante possui”. Com base nas funções representacional e interpessoal da linguagem, a autora comprovou que:

- “(i) por meio da modalização epistêmica o falante avalia como certa ou possível a realidade de um EC ou a veracidade de uma proposição;
- (ii) essa avaliação pode ser feita segundo o conhecimento que só o falante tem ou de um conhecimento que é comum, ou seja, segundo um saber que é pessoal ou partilhado;
- (iii) segundo as intenções comunicativas do falante, ele pode escolher explicitar ou não a fonte do seu saber;
- (iv) o grau de comprometimento do falante pode ser avaliado em correspondência como nível da organização estrutural da frase em que atua o modalizador” (DALL’AGLIO-HATTNER, 1996, p. 172).

Palmer esclarece que um elemento que é particularmente importante para explicar a assunção intuitivamente plausível de que, às vezes, as expressões modais parecem mais subjetivas e, às vezes, elas parecem mais objetivas, é a origem da evidência: ou apenas o falante sabe da evidência ou teve acesso a ela, da qual tira suas conclusões; ou a evidência é conhecida de um grande grupo de pessoas ou é acessível a esse grupo, que inclui, provavelmente, o ouvinte, que também tira conclusões dessa evidência. No primeiro caso, o falante assume responsabilidade pessoal pela qualificação modal; no segundo caso, o falante assume uma responsabilidade partilhada com aqueles que tiveram acesso à evidência e puderam fazer suas inferências a partir dela. Nuyts, enfim, concebe que a evidencialidade consiste em um domínio conceitual hierarquicamente superior ao da modalidade.

Gonçalves (2003, p. 7) diz que, no processo de desenvolvimento categorial do verbo *parecer*, duas categorias semântico-pragmáticas surgem — a modalidade epistêmica e

³⁹ Vide gráfico (p. 46).

a evidencialidade. Desse modo, o verbo *parecer* ganha contornos evidenciais, sobretudo no que diz respeito às construções impessoais, e modaliza, de forma epistêmica, o conteúdo da proposição, assinalando a atitude do falante relativa à verdade proposicional, além de expor a maneira como o falante obtém o conhecimento da informação proposicional, ou seja, uma conclusão a que ele chega, constituindo uma evidência indireta sobre essa informação; por isso, o falante qualifica o descomprometimento como o conteúdo de verdade da proposição, que ele apresenta como uma possibilidade ou uma probabilidade.

Narrog (2003) destaca, em seu artigo intitulado *On defining modality again*, o uso de modalizadores epistêmicos em referência à avaliação da atitude do falante, sobretudo em situações de conversação, como meio de expressão de seu julgamento relativo a um determinado enunciado⁴⁰.

Neves (1996, p. 178-179), quando trata da modalização no eixo do conhecimento, avalia que é no *continuum* entre o (absolutamente) certo e o possível (em seus diferentes graus de possibilidade) que se situa a avaliação epistêmica. Desse modo, o propósito comunicativo é que vai definir a seleção das diferentes expressões linguísticas a fim de modalizar o enunciado nos diversos pontos dessa escala entre certeza e não-certeza. Para exemplificar, Neves apresenta estes enunciados:

(46) *para mim pelo menos me parece que comunicação é faca de dois gumes* (D2-RE-05:17-19)

(47) *Até certo ponto como como veículo de politização da massa é possível que a comunicação seja boa.* (D2-RE-05:77-80)

Em (46) e (47), o mesmo locutor relativiza o seu conhecimento sobre o assunto — comunicação, por isso modaliza os seus enunciados no nível da não-certeza, do descomprometimento. Em oposição a esse comportamento enunciativo, há o locutor que se situa no extremo da certeza, avaliando como verdadeiro o conteúdo do seu enunciado, não existindo margem para questionamentos, dúvidas ou relativização; logo esse enunciado apresenta-se desprovido de marcas atitudinais. Neves (1996, p. 180) analisa o seguinte enunciado:

(48) *pois não... bom uma das finalidades precípuas... de um sindicato... é: exatamente a de prestar... toda e qualquer assistência aos seus associados* (DID-RE-131:7-9)

⁴⁰ “... interesting ideas which surprised me rather ...I must admit” (...*idéias interessantes que surpreenderam muito... Eu devo admitir*)

Nota-se, em (48), que o informante detém conhecimentos suficientes para tratar do assunto; isso mostra que o conhecimento do falante estabelece o deslocamento do “ponteiro” para os extremos da certeza ou da não-certeza, fazendo que ele se comprometa com o conteúdo de verdade daquilo que enuncia.

Givón (2001, p. 301) refere que quatro tipos de modalidades proposicionais expressam as mais relevantes conseqüências funcionais e gramaticais para a linguagem humana. Embora a definição dos tipos de modalidade epistêmica usada para as línguas naturais seja apropriadamente dada em termos de suas funções cognitivas e/ou comunicativas, ela pode também admitir a longa tradição lógica por que passaram essas categorias modais até chegar a nós; uma tradição que retorna, no mínimo, a Aristóteles. Essa tradição, cuja preocupação precípua era com os aspectos epistêmicos da modalidade, não conseguiu alcançar as noções modais que se assemelham com as nossas modalidades comunicativamente definidas.

Uma correspondência entre os quatro tipos tradicionais de modalidade epistêmica, conforme Aristóteles (*apud* Ackrill, 1963, e Carnap, 1947), pode ser vista no quadro a seguir (GIVÓN, 2001, p. 301):

Modalidades epistêmicas	
Tradição lógica:	Equivalente comunicativo:
a. verdade necessária	pressuposição
b. verdade factual	asserção <i>realis</i>
c. verdade possível	asserção <i>irrealis</i>
d. não-verdade	asserção negativa

Quadro 4: As modalidades epistêmicas

(GIVÓN, 2001, p. 301)

Givón afirma que a tradição lógica considera a modalidade como um conjunto de proposições separadas do seu contexto comunicativo. A interpretação comunicativo-pragmática das quatro modalidades, por outro lado, organiza-as em termos de estatutos epistêmicos e objetivos comunicativos dos dois participantes da interação comunicativa – falante e ouvinte. A seguir, tem-se uma reformulação das modalidades epistêmicas conforme Givón:

A redefinição comunicativa da modalidade epistêmica:

a) Pressuposição — a proposição é aceita como verdadeira, por definição, acordo prévio, convenção culturalmente partilhada, por ser óbvia a todos os presentes à situação do discurso ou por ter sido enunciada pelo falante e não ter sido questionada pelo ouvinte;

b) Asserção *realis* — a proposição é altamente declarada como sendo verdadeira, mas a dúvida do ouvinte é considerada procedente, embora o falante tenha evidência ou outros conhecimentos para defender sua crença;

c) Asserção *irrealis* — a proposição é pouco reconhecida, para ser possível, provável ou incerta (submodos epistêmicos), ou necessária, desejada ou indesejada (submodos avaliativo-deônticos), mas o falante não está pronto para embasar a asserção com evidências ou forte conhecimento, e o questionamento do ouvinte é preparado, esperado ou mesmo solicitado;

d) Asserção negativa — a proposição é fortemente reconhecida como falsa, mais comumente em contradição com a crença explícita ou assumida do ouvinte. O questionamento do ouvinte é antecipado, e o falante tem evidências ou outros fortes conhecimentos para embasar sua forte crença.

Um legado lastimável da tradição lógica é a definição de contraste entre *realis* e *irrealis* como um contraste entre, respectivamente, evento real e evento irreal, isto é, asserções com ou sem valor de verdade, respectivamente. Quando *realis* e *irrealis* são definidos em termos cognitivos e comunicativos, o foco do contraste se desloca para dois importantes caminhos:

- cognitivo: de conteúdos da verdade lógica a conteúdos de certeza subjetiva;
- comunicativo: da semântica orientada pelo falante à pragmática interativa, a qual envolve uma negociação entre falante e ouvinte.

Embora os aspectos mais pragmáticos e interativos da modalidade tenham sido, por longo tempo, reconhecidos no domínio avaliativo-deôntico do *irrealis*, eles deixaram de ser apenas ubíquos no domínio epistêmico.

2.2.1. Estudos sobre modalidade epistêmica em língua portuguesa

Uma revisão dos trabalhos sobre a modalidade epistêmica à luz de uma perspectiva funcionalista expõe a multiplicidade e as particularidades concernentes a esse tipo de modalidade.

O caráter múltiplo é devido aos diferentes contextos e propósitos comunicativos tomados pelos pesquisadores como objeto de análise de seus trabalhos: observam-se desde diálogos informais entre falantes de nacionalidades distintas (cf. Reesky: 2006) até discursos formais de um ex-presidente do Brasil (cf. Dall’Aglío-Hattner: 1995).

Há, em relação à modalidade epistêmica, características que a distinguem de outros tipos de modalidade, embora as pesquisas revelem mais proximidade que distinção entre elas. A sua principal marca é estar vinculada ao nível de conhecimento do falante e ao seu comprometimento relacionado ao conteúdo daquilo que enuncia perante um ouvinte.

Dado o grande número de trabalhos sobre esse tipo de modalidade, relacionam-se, a seguir, alguns considerados mais significativos, levando-se em conta as obras de vulgarização da teoria funcionalista sobre a modalidade epistêmica.

Primeiramente, Dall’Aglío-Hattner (1995), em sua tese de doutorado em Lingüística, apresenta uma análise da modalização de conteúdo epistêmico em treze discursos do ex-presidente Fernando Collor de Mello. O seu trabalho procede ao cotejo do uso dos meios lingüísticos da modalidade epistêmica por Fernando Collor desde a sua posse até a renúncia provocada pelo *impeachment*. Nessa análise, ficam patentes as marcas do (des)comprometimento dele com o conteúdo de verdade daquilo que assevera nesses diferentes momentos de sua vida política. Em sua conclusão, Dall’Aglío-Hattner, amparando-se em Nuyts (1993), assevera que a modalidade epistêmica situa-se no domínio da evidencialidade, haja vista que se considera aquele tipo de modalidade como resultado da avaliação que o falante faz baseado nos conhecimentos e crenças por ele detidos; em outras palavras, ele é a fonte do enunciado.

Outras pesquisas que contribuíram muito para este trabalho encontram-se em Neves (s/d, 1999). Por meio delas, Neves faz um percurso assaz elucidativo sobre a modalidade com base nos níveis estruturais da frase, detendo-se nas modalidades epistêmica e deôntica. Ela afirma que aquela se encontra em um eixo em cujas extremidades se situam “o (absolutamente) certo” e o impossível. Nesses artigos, são observadas algumas ocorrências oriundas, respectivamente, do NURC⁴¹ e de uma amostra de 78 milhões de ocorrências da língua escrita do Brasil existente no banco de dados do Centro de Estudos Lexicográficos da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (Campus de Araraquara). Com base na análise dessas ocorrências, Neves explicita o universo de possibilidades de que dispõe o falante para expressar o conteúdo epistêmico de seu enunciado.

⁴¹ Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro.

Em sua tese, Galvão (2001) estudou o processo de gramaticalização e o caráter evidencial da expressão *diz que* no português do Brasil, em oposição ao caráter epistêmico. Sua pesquisa consta que, com base em inúmeras tendências e lingüistas, a evidencialidade não integra o domínio da modalidade; seria, por exemplo, uma categoria gramatical ou “uma dimensão hierarquicamente superior à modalidade e inerente à própria linguagem”⁴².

Gonçalves (2003) mostra que os diferentes usos do verbo *parecer* no português do Brasil constituem um caso de gramaticalização desse verbo com base nos componentes sintáticos, semânticos e pragmáticos das línguas naturais, optando por um modelo de descrição gramatical que se destina à identificação e à diferenciação dos empregos do verbo em relação às camadas do enunciado.

Com referência ao uso de estratégias para a manipulação de informações relativas à fonte do conhecimento e ao grau de (des)comprometimento do produtor com essa fonte, Carioca (2005) tomou como amostra para sua pesquisa dissertações a fim de analisar as estratégias utilizadas no uso das marcas de evidencialidade no trabalho científico de grau; os resultados desse trabalho mostram que a evidencialidade na argumentação acadêmica é um recurso que revela o baixo comprometimento do autor.

Ainda em relação ao uso de modalizadores epistêmicos em contextos comunicativos de uso da modalidade oral, o artigo de Recsky (2006) expõe, primeiramente, alguns conceitos de modalidade epistêmica, a fim de respaldar a sua pesquisa; em seguida, utilizando os diálogos informais constantes dos *corpora* NURC e *British National Corpus Sample*, busca evidenciar a equivalência de formas e funções entre as línguas portuguesa e inglesa, com ênfase nos modalizadores *I think* (eu acho), *you know* (você sabe) e nas *tag questions* (perguntas de confirmação); finalmente, ele conclui que os falantes, nessas situações de interação verbal, dificilmente utilizam assertivas categóricas com vista ao estabelecimento e à manutenção de relações sociais e que há uma relação direta entre o assunto em discussão e o número de modalizadores epistêmicos utilizados, por exemplo, quando a conversa resvala na discussão sobre o próprio falante ou sobre algum ponto de vista controverso, provavelmente esses modalizadores atingem um alto nível de emprego.

Todos esses trabalhos constituem contribuição inequívoca para a realização desta pesquisa.

⁴² *Op. cit.* p. 205-206.

No capítulo seguinte, será tratada a metodologia desta investigação, com indicação sobre a constituição do *corpus* e os procedimentos, assim como a tentativa de caracterizar brevemente o gênero textual das amostras desse *corpus* — as narrativas orais.

CAPÍTULO III

3. UMA ANÁLISE DA MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA EM NARRATIVAS ORAIS: METODOLOGIA

Este estudo considerou os aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos para a análise do uso de modalizadores epistêmicos em narrativas orais de experiência pessoal e narrativas orais recontadas do *Corpus Discurso & Gramática*. A língua falada e escrita na cidade de Natal.

3.1. Metodologia

A análise que aqui se faz da expressão da modalidade epistêmica, dos efeitos de sentido oriundos do seu uso e da incidência dos modalizadores nos diferentes níveis da estrutura oracional pressupõe uma metodologia investigativa baseada numa teoria funcionalista, que considera situações reais de interação verbal, ou seja, a língua como um instrumento de comunicação, com funções múltiplas e específicas, das quais o falante faz uso expressando o dinamismo inerente aos processos de interação verbal.

Assim, tal investigação lingüística busca estudar uma categoria — a modalidade — e um processo — a modalização, com base nessa opção teórico-metodológica, identificando os diferentes meios para a efetivação dessa categoria no estudo do conjunto de elementos envolvidos nesse processo.

O item seguinte traz a descrição das categorias de análise constantes desta pesquisa.

3.1.1. Descrição das categorias de análise

As variáveis⁴³ a seguir discriminadas contextualizam as ocorrências analisadas, a fim de caracterizar o fenômeno lingüístico da modalidade epistêmica.

A primeira categoria de análise refere-se aos efeitos de sentido⁴⁴, que, nesta investigação, correspondem ao grau de certeza na escala entre o certo e o possível. Dessa forma, o falante expressa o seu enunciado em que há modalizadores epistêmicos e manifesta o nível de (des)comprometimento com o conteúdo desse enunciado. Observem-se os exemplos seguintes, extraídos do *corpus*:

(49) ele disse que tinha uma promoção ... num sabe? que a gente se fosse comer ... ia acontecer uma confusão lá menina () saiu briga ... aí ele ... aí num ... saiu uma confusão danada ... batendo nele ... quer dizer ... a gente não né ... o pessoal de lá mesmo bateram nele ... porque **parece** que ele não era guia ... ele tava mentindo ... ele tava ... (D&G, NEP, 8S, INFO3)

(50) aí foi ... aí eu **sei** que ... aí a gente ficou conversando ... ele disse que pegou assim ... uma turma assim ... aí ele disse que tinha uma senhora ... uma senhora bem idosa mesmo ... bem idosa ... aí ela fez *streap tease* ... uma senhora idosa ... aí ele contando isso pra mim aí eu morri de rir ... ele me contando isso ... ele disse que a senhora fez o *streap tease* lá e ele ... (D&G, NEP, 8S, INFO3)

O informante lançou mão da mesma classe lexical para modalizar o seu enunciado — o verbo. Nota-se que, em (49), ele se afasta do comprometimento com o conteúdo de verdade desse enunciado por meio do verbo pleno *parecer*, por excelência um verbo de caráter evidencial e inferencial. Nesse caso, o informante não quis, perante o seu interlocutor, assumir a veracidade de sua afirmação, posicionando-se, na escala entre o certo e o possível, mais para a possibilidade do que para a certeza. Quanto à ocorrência em (50), o mesmo informante expressa o seu comprometimento com o que assevera, valendo-se de um verbo pleno de cognição na forma afirmativa — o verbo *saber*; desse modo, o interlocutor, com base na informação pragmática do informante, pode interpretá-la como um conteúdo mais asseverado como certo do que como possível.

⁴³ O termo “variável” não está sendo usado nesta pesquisa com a acepção clássica da teoria variacionista, já que o fenômeno investigado não constitui uma variável lingüística.

⁴⁴ Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 179), citando Guillaume (1964), definem *efeitos de sentido* como “o resultado dos valores atribuídos pelo discurso ao significado em língua, o que se opera por recortes no contínuo do movimento de pensamento”. Na pragmática, “o efeito de sentido seria o *sentido específico* que aparece em contexto e em situação, não podendo ser apreendido senão por inferência”.

No tocante à segunda categoria de análise, observa-se o tipo de narrativa oral: a de experiência pessoal e a narrativa recontada. Esses dois tipos foram selecionados, porque são bastante conseqüentes para os objetivos desta investigação, haja vista que ambas têm propósitos e especificidades bem distintos: no caso da narrativa de experiência pessoal, é o próprio falante quem vivenciou os fatos; no caso da narrativa recontada, é outrem quem experienciou os eventos.

Quanto à terceira categoria de análise, o que se avalia é o escopo da modalização. Nesse caso, a qualificação modal pode recair no nível do termo, no da predicação ou no da proposição. Vejam-se os exemplos que ilustram, respectivamente, o escopo da modalização:

(51) depois disso ... teve a noite onde foi escolhido o grupo de cinco pessoas **mais ou menos** ... que durava uma hora ... enquanto os outros dormiam ... é o chamado sentinela ... (D&G, NEP, 8S, INFO1)

(52) daí por aí foi o congresso todinho eu querendo fazer amizade com todo mundo ... **certo** que tem ou ... que tem vez que eu brigo e tudo mais ... brigava com algumas pessoas ... com uns meninos lá ... que:: que tirava brincadeira sem graça comigo ... aí eu brigava ... discutia ... ficava sem falar com o cara ... (D&G, NEP, 2G, INFO1)

(53) e quando a pessoa nem liga ... nem mais espera ... tá ali ... por tá ... fazendo porque quer mesmo ... num tá com interesse nenhum ... aí é que consegue ... entendeu ... eu **acho** que ... o que eu aprendi é isso aí ... a simplicidade ... a ... como é que chama ... deixar tudo pra ... você passa tudo que ... que ... (D&G, NEP, 2G, INFO1)

Em (51), o escopo da modalização atinge apenas um elemento que integra a predicação — o termo. Na verdade, a expressão modalizadora *mais ou menos* incide sobre o quantificador *cinco*. A propósito dos advérbios modalizadores, Neves (1996, p. 166) assevera que tais meios apresentam características peculiares, pois a modalização realizada por meio deles nem sempre tem sua incidência na proposição, “mas pode ter como escopo um constituinte”.

Quanto ao escopo da modalização sobre um termo, deve-se citar o estudo sobre o processo de gramaticalização do verbo *parecer* como meio de expressão da evidencialidade (com repercussões no nível de comprometimento) feito por Gonçalves (2003, p. 214), no qual ele declara que o verbo *parecer* é um satélite que tem a característica de escopo variável, devido ao modo como se distribui na oração. Por esse motivo, ele pode incidir tanto em uma

proposição quanto em apenas um constituinte da oração, assemelhando-se, funcionalmente, aos satélites de atitudes proposicionais como *talvez*.

No exemplo (52), o escopo da modalização constitui a predicação, que designa o estado-de-coisas modalizado epistemicamente pelo adjetivo *certo* em posição predicativa, compondo um predicado encaixador; nesse caso, o falante avalia como certo o estatuto de realidade do estado-de-coisas designado pela predicação.

Quanto à incidência do escopo da modalização na proposição em (53), o informante modalizou o seu enunciado por meio do verbo de crença *achar*, que constitui um predicado encaixador a fim de expressar o seu comprometimento com relação à verdade do conteúdo da proposição a qual foi apresentada por ele a fim de ser considerado pelo seu interlocutor. Essa ocorrência exemplifica a modalidade epistêmica subjetiva, em que o informante mostrou-se como fonte da informação, mas o efeito de sentido provocado foi o de descomprometimento com a verdade daquilo que disse, porque ele optou por não se engajar com o conteúdo de verdade da informação que passou ao seu ouvinte, situando-se no extremo da não-certeza.

Por último, a quinta variável refere-se aos meios⁴⁵ lingüísticos utilizados pelo falante no processo de modalização do seu enunciado. Nesta investigação, foram identificadas as categorias de adjetivo, advérbio, pronome, substantivo (de opinião, de crença ou de cognição) e verbo (também de opinião, de crença ou de cognição). Observem-se as ocorrências seguintes, que ilustram cada meio lingüístico empregado para manifestar a modalidade epistêmica:

- adjetivo:

(52) daí por aí foi o congresso todinho eu querendo fazer amizade com todo mundo ... **certo** que tem ou ... que tem vez que eu brigo e tudo mais ... brigava com algumas pessoas ... com uns meninos lá ... que:: que tirava brincadeira sem graça comigo ... aí eu brigava ... discutia ... ficava sem falar com o cara ... (D&G, NEP, 2G, INFO1);

- advérbio:

(54) termina ele morrendo ... **realmente** morrendo ... como deveria ter morrido na época da ... da ocupação ... e esse filme é muito bom ... você devia assistir ... (D&G, NR, 3G, INFO2);

⁴⁵ Com relação aos meios lingüísticos, Neves (1996, p. 165-167) elenca, além dos meios empregados como categoria de análise para esta investigação, as categorias gramaticais *tempo*, *aspecto* e *modo* referentes ao verbo da proposição. Tais categorias são exemplificadas pela seleção de tempos verbais como o futuro do pretérito ou de modos verbais como o subjuntivo, acrescentando ao verbo marcas de possibilidade e incerteza.

- pronome:

(55) daí os peito da mullher era bem grandão ... daí o homem olhou assim ... daí ela disse assim ... “não ... é esses que tá aqui dentro do carro” ... **uns** dez cachorros ... ia tirando de um em um ... uma demora ... e o homem chegando perto ... daí ele disse ... “anda logo” ... daí foi-se embora ... daí a mulher ficou falando sozinha com os cachorros ... “nós estamos ricos ... estamos ricos” ... (D&G, NR, 4S, INFO3);

- substantivo:

(56) foi na sexta-feira ainda né ... quando a gente saiu lá do clube ... da programação né ... da noite terminou ... a gente foi pra quadra ... e lá na quadra ... a gente ... fez uma ... uma ... uma **espécie de** social ... não é ... que no caso tinha brincadeiras ... tinha ... tinha brincadeiras ... é ... (D&G, NEP, 2G, INFO4);

- verbo:

(57) no primeiro dia que ela foi passar a noite .. ela não conseguiu ... era dez horas não é ... ela ainda não tinha dormido ... se eu não me engano a hora que eles dormiam lá era oito ... **parece** ... e ... eram dez horas e ela tinha chamado uma noviça né ... uma .. uma menina que tinha entrado fazia pouco tempo lá e tava meio em dúvida porque tinha ido parar num convento né ... não sabia ... não tinha certeza da vocação dela ... (D&G, NR, 2G, INFO4).

Deve-se destacar que foram analisados como manifestação da modalidade epistêmica itens que expressam indeterminação, tais como os que se encontram em (55) e (56).

a) As narrativas orais

Em que pese ao fato de esta investigação basear-se no paradigma funcionalista, buscou-se na crítica do discurso de Dijk (2002) a construção do conhecimento numa relação interpessoal; por isso, é possível relacioná-la às narrativas orais, que constituem verdadeiras situações de interação social e verbal, a qual se efetiva pela troca de conhecimentos.

Dijk (2002) afirma que os usuários da língua precisam, do nível da palavra ao nível discursivo, de uma quantidade bastante significativa de conhecimentos para se considerar capazes de produzir e compreender um texto nas duas diferentes modalidades, a escrita ou a falada. Desse modo, eles carecem de conhecimentos de ordem cultural e social

para que possam estabelecer o contexto situacional, hierarquizar tópicos, distinguir entre dados declarativos, dados pressupostos e dados cognitivos acerca de fatos específicos a fim de diferenciar o que já sabem sobre esses fatos do que é informação nova.

Dijk (2002, p. 10) apresenta dois tipos de conhecimento: o conhecimento pessoal ou de grupo a respeito dos eventos específicos (modelos mentais) e o conhecimento social ou cultural compartilhado (representação social). O conhecimento pessoal, geralmente, é representado na memória episódica, como parte integrante da história pessoal do indivíduo relativa a suas experiências. Se esse indivíduo declara o seu conhecimento pessoal, este pode tornar-se interpessoal, partilhado.

Ao se caracterizar o conhecimento como uma memória episódica, é possível estabelecer uma relação entre o conteúdo mnemônico das experiências vividas pelo falante e as narrativas de experiência pessoal.

Dijk (2002, p. 14) indica que grande parte dos conhecimentos é partilhada socialmente com outros indivíduos do mesmo grupo ou da mesma cultura, comprovando que o falante prescinde da representação adicional do conhecimento dos ouvintes, desde que esses ouvintes sejam competentes para integrar a mesma comunidade epistêmica do falante. Isso vale também para a memória dos episódios comunicativos pretéritos, provavelmente já partilhados com os destinatários; logo esses eventos levam o falante à ativação prévia do conhecimento compartilhado. É verdade que nem sempre isso é possível, haja vista a freqüente reiteração de informações no discurso. Conseqüentemente, o falante torna-se capaz de selecionar as informações ou concentrar-se naquilo que ainda não conhece, isto é, notícias, relatos sobre eventos ou situações que não presenciou ou de que não participou ou ainda sobre as quais não pode ler ou ouvir.

Esta caracterização do conhecimento partilhado remete às narrativas orais recontadas, uma vez que elas se baseiam unicamente na troca de conhecimentos, pois o conteúdo do fato narrado foi repassado ao indivíduo por um interlocutor, por meio de uma publicação ou da assistência a um filme por exemplo.

Quanto à caracterização das narrativas orais, Marcuschi (2003, p. 2), em seu trabalho sobre a relação entre o gênero textual e o seu suporte, afirma que a tarefa de caracterizar um gênero textual oral é eivada de dificuldades, asseverando que não é possível supor ser a boca o suporte para os textos orais, mas adverte que deve existir algum suporte para esses gêneros textuais, uma vez que eles não estão desagregados. Ele sugere que os eventos sejam o próprio suporte para os textos orais, como as mesas-redondas e os congressos acadêmicos, os quais constituiriam, respectivamente, os suportes para exposições temáticas e

as conferências. Marcuschi alerta para o fato de que os discos, os CD-ROMs, as fitas cassete, as gravações em geral são apenas um meio de armazenamento ou de transporte; prova disso é que o acesso ao conteúdo textual não se dá diretamente.

Marcuschi (2003, p. 8) trata da caracterização dos gêneros textuais orais no que concerne à concepção de suporte: ele afirma entender o suporte para o gênero textual como “um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto”. Ele acrescenta que, “numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto”.

Para Marcuschi (2003, p. 25), resta a questão: “Onde ficam e como ficam os suportes dos gêneros orais?”. Ele cita o cinema, o rádio, a televisão, o teatro, mas questiona se eles são suportes, canais, instituições ou ambientes, declarando que o cinema e o teatro não são seguramente suportes e que, como já foi visto, as mesas-redondas e os simpósios, ao contrário, podem ser considerados suportes de gêneros orais, uma vez que constituem exemplo de eventos, e os eventos parecem ser suportes de gêneros orais.

Desse modo, para se relacionar a concepção de evento ao contexto de produção das narrativas orais do *corpus*, é necessário que se tenha uma definição do que é evento. Charaudeau e Maingueneau (2004), no tocante à definição de *evento de comunicação*, afirmam:

“As relações entre esses componentes permitem especificar os *esquemas* comunicativos próprios a uma comunidade, esquemas estudados em diferentes níveis: a unidade global é a **situação de comunicação** — uma cerimônia ou um almoço, por exemplo — em que se isolam **eventos de comunicação** — por exemplo, uma conversa privada durante uma cerimônia. Ao contrário da precedente, essa unidade é regida por regras, tal como ocorre com a unidade mínima que é o **ato de comunicação** — por exemplo, uma brincadeira durante um almoço — que pode ser definida em termos de força ilocutória e se revela particularmente pertinente para a gestão comunicativa local (a **seqüenciação** das trocas). [...] A análise desses processos repousa sobre a noção de **contextualização**: ‘o uso, por locutores/ouvintes, de signos verbais e não-verbais que ligam o que se diz a um dado momento e a um determinado lugar em seu conhecimento do mundo. O objetivo é detectar as pressuposições sobre as quais eles se apóiam para manter seu engajamento conversacional e avaliar o que se pretende dizer’ (Gumperz, 1989b: 211)” (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 223-224).

A situação de comunicação, no caso das narrativas do *corpus*, qualifica-se como entrevistas propriamente ditas, constituídas de entrevistador e um informante, de onde se extraem os eventos de comunicação categorizados como *narrativas de experiência pessoal* e *narrativas recontadas*. Nesse contexto, a seqüenciação das trocas é determinada pela situação de comunicação, em que o entrevistador conduz (ou pelo menos tenta conduzir) o que é enunciado pelo informante e os atos de comunicação. Portanto, a noção de contextualização

faz que falante e ouvinte, na medida em que interagem, se dêem conta dos processos discursivos de assunção com o conteúdo de verdade do que se enuncia, principalmente em relação ao informante.

Com base em Labov (1972), citado por Gago & Vieira (2005, p. 2), foi estabelecido pelo autor desta pesquisa o quadro 5, o qual traz os elementos que compõem a estrutura de um gênero textual narrativo.

COMPONENTE	DEFINIÇÃO	FUNÇÃO
Resumo	a síntese de toda a história	despertar o interesse do ouvinte pelo discurso que se vai seguir
Orientação	—	situar o leitor em relação à pessoa, lugar, tempo e situação comportamental por meio das respostas às indagações: o quê? com quem? quando? onde?
Ação complicadora	o corpo propriamente dito da narrativa constituída formalmente por cláusulas ordenadas temporalmente e vai praticamente até o clímax do acontecimento, terminando quando tem início a resolução	—
Resolução	—	apresentar o desenlace dos acontecimentos
Avaliação	—	fazer uma análise sobre a relevância do acontecido
Coda	o mecanismo funcional	fazer com que a perspectiva verbal volte ao momento presente

Quadro 5: Os componentes da estrutura do texto narrativo

Gago & Vieira, referindo Ribeiro, Lima e Dutra (2001), afirmam que o resumo e a coda têm caráter opcional, em oposição à ação complicadora, à orientação e à resolução, as quais são partes integrantes do esquema narrativo, e que a orientação e a avaliação podem perpassar a narrativa inteira.

Nos textos utilizados nesta pesquisa, tanto nas narrativas de experiência pessoal quanto nas narrativas recontadas, essas seqüências estruturais se repetem, porque o informante, ao ser instado a narrar um evento que lhe aconteceu e um outro evento que não poderia ter sido vivenciado por ele, expõe, primeiramente, ao entrevistador os elementos que integram a estrutura da narrativa, como os participantes do evento, o lugar, o tempo, a

situação, representando a orientação do entrevistador relativa ao fato que será contado. Em seguida, o informante dá início à narrativa propriamente dita, o que corresponde à ação complicadora. Por último, o informante conta ao entrevistador o desfecho do evento; isso implica a resolução.

É importante informar que não constitui objetivo deste trabalho correlacionar a seqüência narrativa com o uso dos modalizadores epistêmicos, essa tarefa, contudo, pode ser levada a efeito em pesquisas futuras.

b) Constituição e delimitação do *corpus*

A escolha do *Corpus Discurso & Gramática. A língua falada e escrita na cidade do Natal*, organizado por Furtado da Cunha (1998), deveu-se ao objetivo precípua desta investigação, ou seja, o estudo da manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais. Esse *corpus* constitui-se de cinco modalidades de discurso de informantes que foram discriminados por sexo, faixa etária e nível de escolaridade. O conteúdo dessas entrevistas representa um campo fertilíssimo para a implementação deste estudo.

Desse modo, entre os cinco tipos de textos constantes do *corpus* (a narrativa de experiência pessoal, a narrativa recontada, a descrição de local, o relato de procedimento e o relato de opinião), escolheram-se os dois primeiros tipos, porque, *a priori*, apresentam, dadas as características desse gênero textual, uma situação bastante estimulante para o uso de modalizadores epistêmicos entre os extremos da certeza e da não-certeza, como a atitude do informante em face do entrevistador, a fim de demonstrar o grau de engajamento com o conteúdo de verdade do seu enunciado.

Para a constituição do *corpus*, utilizou-se como critério apenas o nível de escolaridade do informante, logo variáveis como sexo e faixa etária não foram cogitadas neste estudo, ainda que essas variáveis estejam implicitamente relacionadas pelo enquadramento do informante em um nível de ensino formal.

Assim, a amostra é composta de narrativas orais dos dois tipos — experiência pessoal e recontada — realizadas por dois informantes de cada série. Essa amostra apresenta aproximadamente 37.000 palavras.

A seguir, discriminam-se os procedimentos realizados nesta investigação.

3.1.2. Procedimentos

A elaboração deste trabalho de pesquisa lingüística implicou vários procedimentos de ordem teórico-metodológica para que se atingissem os objetivos pretendidos.

Selecionou-se, primeiramente, o *corpus* a ser estudado após a consideração de outros *corpora* que poderiam também subsidiar a pesquisa. Optou-se, então, pelo *Corpus Discurso & Gramática*. A língua falada e escrita na cidade do Natal, a partir do qual se estruturou a amostra a ser investigada.

Tal opção ancora-se no objetivo de se trabalharem as narrativas orais, pois o falante pode ou não comprometer-se, em graus variáveis, com o conteúdo de verdade daquilo que enuncia. E o *corpus* desta investigação, dadas as circunstâncias em que essas narrativas foram produzidas, parece suscitar maior espontaneidade por parte do falante, o que caracteriza um enunciado menos monitorado, se comparado ao enunciado escrito.

Após a composição da amostra, criou-se uma ficha⁴⁶ para o levantamento das ocorrências com vista a uma análise quantitativa dos dados. Passou-se à identificação das ocorrências e, posteriormente, à sua minuciosa análise.

De posse do levantamento e da análise das ocorrências por meio da ficha, lançaram-se os dados a fim de que fossem processados pelo pacote computacional Varbrul, do qual foram utilizados os programas *Makecell* e *Crosstabulation*. O primeiro calcula a frequência de ocorrência relativa a cada categoria de análise. O segundo programa possibilita o cruzamento dos dados com base nas variáveis apresentadas.

Por último, procedeu-se à análise qualitativa em sintonia com a teoria de base proposta por esta investigação.

No próximo capítulo, encontram-se os resultados da análise e a discussão.

⁴⁶ Ver a seção *Anexo* (pág. 88).

CAPÍTULO IV

4. A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE EPISTÊMICA EM NARRATIVAS ORAIS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo da categoria gramatical modalidade implica necessariamente, como a maioria dos trabalhos lingüísticos de base funcionalista, considerar o uso de uma língua natural num processo efetivo de interação verbal, uma vez que, para tal estudo, segundo Palmer (1986, p. 15), se devem considerar não só os meios pelos quais o falante expressa suas atitudes e opiniões, mas também os meios por que outros falantes podem reportar suas impressões sobre as atitudes e opiniões dele.

Deve-se repisar que a modalidade epistêmica, para efeito de análise dos resultados, constitui o modo como o falante avalia a realidade de um estado-de-coisa em termos de seus conhecimentos gerais sobre esse estado-de-coisa, conforme aduz Dik (1997, p. 242). É oportuno relevar que esse é somente um tipo de modalidade epistêmica — a objetiva (incide sobre a predicação).

Com base nesses postulados e nas hipóteses apresentadas na introdução desta investigação, cujo objetivo geral é a análise do uso de marcas da manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais, levando-se em conta a hipótese de que os modalizadores epistêmicos devem incidir com maior freqüência nas narrativas recontadas (o falante não vivenciou os eventos), de que as narrativas de experiência pessoal devem estar mais voltadas para o extremo da certeza (o próprio falante experienciou os eventos) e de que a relação entre os meios lingüísticos e o escopo da modalização manifesta o comprometimento do falante com aquilo que ele expressa, proceder-se-á a exposição dos dados levantados por meio de gráficos que poderão explicitar, com maior clareza e objetividade, os resultados obtidos.

Foram identificadas no *corpus* recortado 115 ocorrências de uso de modalizadores epistêmicos.

4.1. Uso de modalizadores epistêmicos nos dois tipos de narrativas orais

O gráfico 1 revela o número percentual de ocorrências por cada tipo de narrativa oral.

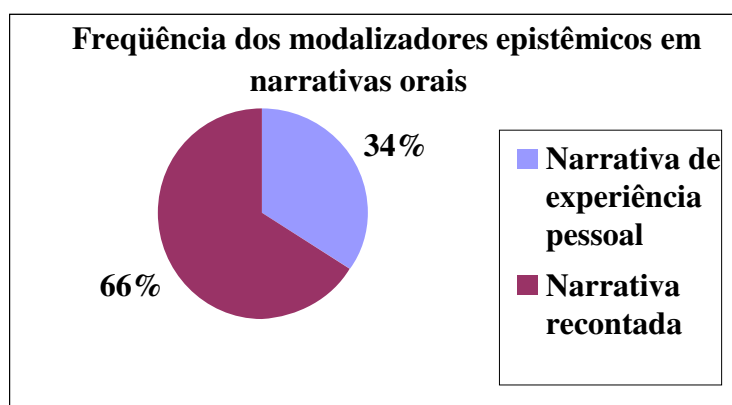


Gráfico 1

Os resultados obtidos nesse diagrama confirmam a hipótese segundo a qual o emprego dos modalizadores epistêmicos pelo falante deveria ocorrer com menor frequência em narrativas de experiência pessoal por serem de autoria de quem vivenciou os fatos narrados.

Isso prenuncia um maior nível de segurança e comprometimento do falante com o conteúdo de verdade relativo ao seu enunciado, nesse contexto de interação verbal. No entanto, ainda não é possível asseverar que ele tenha modalizado o seu enunciado baseado no nível da certeza, pois o gráfico não exhibe dados relativos a essa variável. Esse baixo índice de modalizadores nas narrativas de experiência pessoal pode concentrar-se mais no extremo da certeza quanto no da não-certeza.

A maior incidência dos modalizadores epistêmicos nas narrativas recontadas, como já foi levantado nas hipóteses, deve-se ao conteúdo dessas narrativas, ou seja, o relato de experiências que não foram vivenciadas pelo enunciadador, logo ele tende a modalizar bem mais a sua enunciação, na tentativa de imprimir maior credibilidade no processo de interação com o seu interlocutor e/ou “preservar a face”, como explica Goffman⁴⁷ (1967).

⁴⁷ Goffman (1967) define *face* como um valor social positivo que uma pessoa reivindica para si e que os outros assumem, ou seja, é a imagem que eles vêem ou consideram que foi expressa pelo *autor*. Uma face interiormente estável (*consistent*) é a que o autor mostra ou mantém, e essa estabilidade interior envolve julgamentos e opiniões dos outros, isto é, as ações do autor e a percepção e o ponto de vista dos outros por meio do fluxo de acontecimentos em um momento de interação social, que estabelece se a face é mantida ou não. Trata-se de uma forte orientação praxica, envolvendo processos e fluxo, em que a interação social é necessária e é o meio pelo qual a estabilidade da face é preservada.

4.2. Nível de comprometimento no uso dos modalizadores epistêmicos em narrativas orais

O resultado relativo à incidência de modalizadores epistêmicos quanto aos efeitos de sentido de (des)comprometimento do enunciador nas narrativas orais é exposto pelo gráfico a seguir.

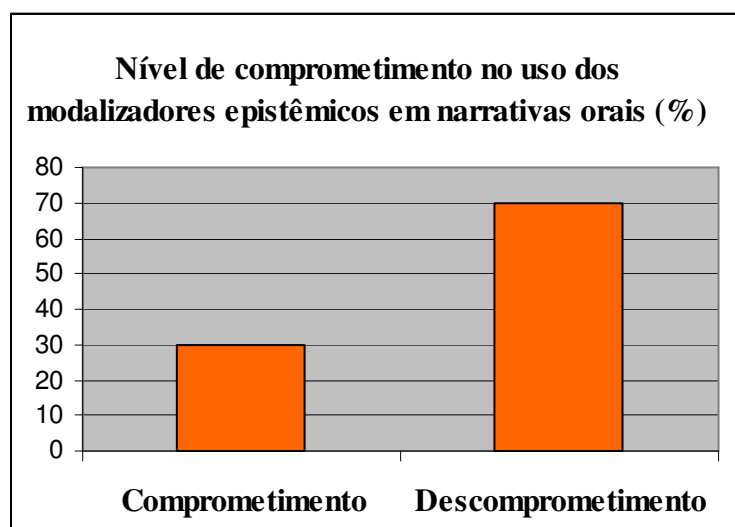


Gráfico 2

Independentemente do tipo de narrativa (experiência pessoal ou recontada), houve o predomínio do distanciamento por parte dos informantes em relação à veracidade dos conteúdos relatados. Pode-se atribuir essa falta de engajamento com o conteúdo de verdade do enunciado, ou melhor, esse distanciamento do nível da certeza, à situação de produção em que os diálogos foram realizados. Com efeito, o falante parece fazer maior emprego de modalizadores epistêmicos pela intenção de ajustar, no processo de interação verbal, os objetivos de informar, assumindo uma imagem de quem busca a fidedignidade do que diz e de quem preserva tal imagem quando não pode garantir, com precisão, a verdade dos fatos narrados. Nesse jogo comunicativo, essa interação entre falante e ouvinte toma rumos condicionados pela troca de conhecimentos e pela busca de aceitabilidade dos enunciados produzidos.

No caso do *corpus* desta investigação, o informante poderia preocupar-se apenas com a manutenção temporal e lógica daquilo que estava narrando, a fim de que o entrevistador considerasse a veracidade das suas informações. No entanto, ele faz uso dos

modalizadores como estratégia de monitoramento da interação a partir do ajuste do distanciamento em relação ao enunciado que produz.

Nas ocorrências, observa-se o emprego de modalizadores, um no nível do comprometimento, da certeza e o outro no nível do descomprometimento, da não-certeza.

(58) todo mundo no Atheneu gostava de mim ... e eu comecei a chorar ... e juntou ... sabe ... e o diretor sabia que era mentira minha ... mas ele não podia fazer nada porque estava todo ... toda aquela classe que trabalhava na escola ... do meu lado ... super ... brigando ... porque ... olha ... eu doente ... como é que eu doente ia assistir um negócio desse no auditório ... só **sei** que aí começaram ... eu comecei a chorar e era tanto choro ... eu chorando ... morrendo com a dor ... (D&G, NEP, 3G, INFO2)

(59) ocorre que tem um assassino à solta ... um ... não era bem um assassino ... ele era um político que era do lado ... que ... **parece**⁴⁸ que ele foi do lado ... ele ficava do lado da ocupação nazista ... e ele era procurado ... e ele também era um assassino ... né ... só que ele era ... sobrinho de um dos caras que estava preso e que sabia da história ... né ... que ... do cara que tinha trocado a vida pelo dinheiro ... vendido ... né ... (D&G, NR, 3G, INFO2)

O informante, em (58), deixa claro o seu engajamento com o que está dizendo, utilizando o verbo pleno *saber*, um verbo de cognição, na forma afirmativa, para mostrar ao seu interlocutor que se compromete com a verdade do seu enunciado. O advérbio *só* reforça, por contraste, que o falante pode ter dúvidas ou mesmo não saber de outros fatos, mas deste que ele passará a narrar ele se lembra.

Em oposição a isso, em (59), o informante não mais se compromete com o conteúdo de seu enunciado. Ao empregar o verbo *parecer*, um item que marca uma evidencialidade inferencial, situa a sua informação no nível da não-certeza.

4.2.1. Nível de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos em narrativas de experiência pessoal

Por meio do gráfico 3, observa-se o comportamento dos informantes no tocante aos efeitos de sentido provocados pelo uso dos modalizadores em narrativas de experiência pessoal.

⁴⁸ O evidencial *parecer* consta na presente análise, porque ela adota a tipologia proposta por Hengeveld, em que a evidencialidade é uma manifestação da modalidade dita *epistemológica*.

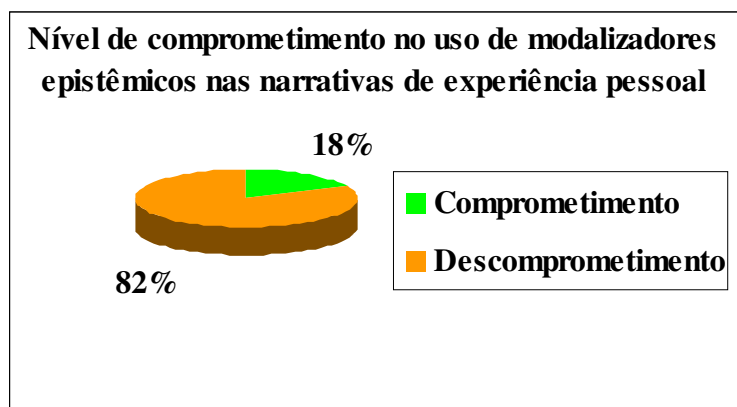


Gráfico 3

É bastante significativa a predominância do efeito de descomprometimento nas narrativas de experiência pessoal. Tal constatação contraria a hipótese inicial de que o uso de marcas da expressão da modalidade epistêmica no nível do descomprometimento deveria incidir, com menor frequência, sobre a narrativa de experiência pessoal, tendo em vista que, se o próprio falante experienciou os fatos, ele representa a fonte mais fidedigna das informações oriundas de suas experiências. Por isso, sobre essas informações, não deveriam recair marcas do possível, do provável, do não-certo; o informante, no entanto, lança mão desse recurso muito mais para expressar que desconhece parcialmente os fatos narrados, além de demonstrar a vontade de concluir o diálogo, como se pode ver em (60) e (61):

(60) andei de bicicleta ... brinquei com os menino ... aí fiz uma lombada pra gente brincar de bicicleta ... da pista ... aí a gente brincou:: ((pigarro) brincou até de noite ... quando foi de manhã ... a gente acordou pra brincar de novo ... de tampinha ... aí a gente brincou ... muito ... aí os outro dia que eu coisei aí a gente ... brincava ... aí o dia que eu ia-se embora eu vim pra casa ((Pigarro)) depois voltei ... **num sei mais não** ... (D&G, NEP, ALFA, INFO2)

(61) I: saímos daqui de duas horas e meia e:: e foram divididos ... eu fui com ... com dois amigos meus ... em cada ... em cada carro iam três pessoas ... três lobinhos e na frente o pai e a mãe ... se tivesse né ... no caso ... aí nós saímos daqui de duas e meia ...
E: aí duas e meia da tarde ...
I: chegamos lá de ... quatro horas ... **por aí** ... (D&G, NEP, 4S, INFO2)

Os modalizadores usados nas ocorrências vistas em (60) e (61) são comuns nas narrativas de experiência pessoal. Ambos expressam descomprometimento por parte do

informante. Na ocorrência (60), esse descomprometimento ocorre no nível da proposição mediante o verbo de cognição *saber* em uma forma negativa por meio de um predicado encaixador, exprimindo a não-certeza. Na ocorrência (61), a locução adverbial *por aí*, satélite⁴⁹ parentético, incide em um dos termos constituintes da oração, isto é, recai sobre o termo *quatro* (*horas*), revestindo o conteúdo desse enunciado de dúvida e hesitação.

É interessante considerar também uma ocorrência que exponha o comprometimento do informante junto ao entrevistador. É o caso da ocorrência (50):

(50) aí foi ... aí eu **sei** que ele ... aí a gente ficou conversando ... ele disse que pegou assim ... uma turma assim ... aí ele disse que tinha uma senhora ... uma senhora bem idosa mesmo ... bem idosa ... aí ela fez *strep tease* ... uma senhora idosa ... aí ele contando isso pra mim aí eu morri de rir ... ele me contando isso ... ele disse que a senhora fez o *strep tease* lá e ele ... (D&G, NEP, 8S, INFO3)

Observa-se, nessa ocorrência, o emprego do verbo de cognição *saber* em uma estrutura encaixadora, a qual modaliza o conteúdo de uma proposição, provocando o efeito de sentido vinculado à certeza.

4.2.2. Nível de comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos nas narrativas recontadas

Analisando ainda os efeitos de sentido consoante o tipo de narrativa, o gráfico 3 mostra a relação entre as narrativas recontadas e o nível de (des)comprometimento do informante em relação ao seu enunciado.

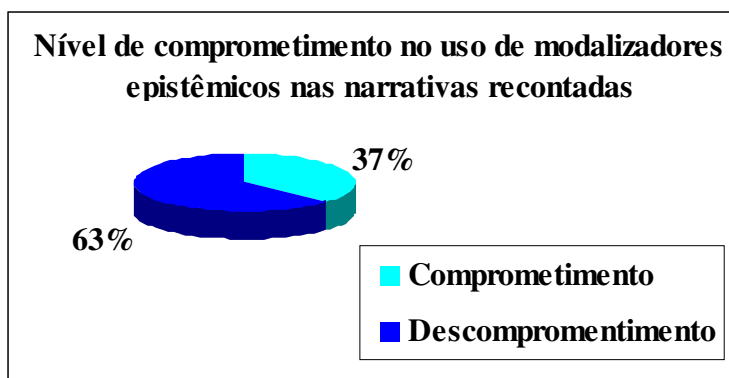


Gráfico 4

⁴⁹ O termo *satélite* está definido no *Capítulo I*, p. 10.

O gráfico 4 confirma a hipótese de que, na narrativa recontada, como já foi analisado neste trabalho, se observa maior ocorrência da modalização epistêmica do nível do descomprometimento. Com efeito, se o informante relata fatos ocorridos a terceiros, espera-se que ele não se engaje tanto com a verdade desses fatos e passe a utilizar com mais frequência os meios lingüísticos marcadores da dúvida, da não-certeza. A fim de demonstrar esse resultado, tomem-se as ocorrências (62) e (63):

(62) ela dormia de madrugada e acordava no outro dia tarde ... de meio dia ... quer dizer ... totalmente diferente de como ela vivia ... mas aí como ela tinha que ficar lá né ... pra poder viver ... aí os policiais acharam melhor ... convenceram a ela ficar lá ... no primeiro dia que ela foi passar a noite .. ela não conseguiu ... era dez horas não é ... ela ainda não tinha dormido ... **se eu não me engano** a hora que eles dormiam lá era oito ... (D&G, NR, 2G, INFO4)

(63) ia sair da cidade né ... dos Estados Unidos e ia passar um tempo no interior ... numa cidadezinha ... que a ... tipo ... tipo um povoado né ... um povoado ... aí nesse ... nesse povo/ **parece** que era um negócio assim bem ... bem distante mesmo da capital ... tinha é uma ... tinha a casa ... a casa lá que eles iam passar né ... passar um tempo lá e tinha uma avenida bem movimentada que passava no meio ... (D&G, NR, 3G, INFO1)

Na ocorrência (62), nota-se a marca da modalização epistêmica por meio de uma oração adverbial condicional como satélite parentético. Esse meio lingüístico produz um efeito de sentido de descomprometimento e o escopo atinge, de forma subjetiva, a proposição.

Quanto à ocorrência (63), o uso do modalizador — o verbo encaixador *parecer* — provoca o mesmo efeito de sentido da ocorrência anterior, ou seja, o descomprometimento, contudo o informante opta por modalizar o conteúdo da proposição de modo menos subjetivo, para não se expor na construção desse enunciado.

Em ambos os tipos de narrativas, o nível de descomprometimento superou o de comprometimento. Observe-se que, proporcionalmente, o nível de descomprometimento é maior nas narrativas de experiência pessoal (82% contra 18%) do que nas narrativas recontadas (63% contra 37%). No entanto, surpreende-nos que, nas narrativas de experiência pessoal, em que o falante é a fonte mais fiel para a narração dos fatos porque os vivenciou, a modalização no nível do descomprometimento seja maior do que a modalização nesse mesmo nível nas narrativas recontadas, quando o falante poderia naturalmente se distanciar do

engajamento com o nível de certeza de seu enunciado devido ao fato de ele não haver experienciado os eventos narrados.

No entanto, deve ser lembrado que enunciados nos quais não há marcas formais de modalização podem ser interpretados como manifestação da certeza, do comprometimento e que esses enunciados são mais freqüentes nas narrativas de experiência pessoal do que nas narrativas recontadas. Parece, desse modo, que o produtor de narrativas de experiência pessoal modaliza seu discurso no nível da certeza nos enunciados sem marcas de modalização, mas utiliza os modalizadores quando precisa distanciar-se dos conteúdos narrados.

4.3. Escopo da modalização epistêmica em narrativas orais

O gráfico 5 exibe os resultados relativos à análise do escopo da modalização nas narrativas orais.

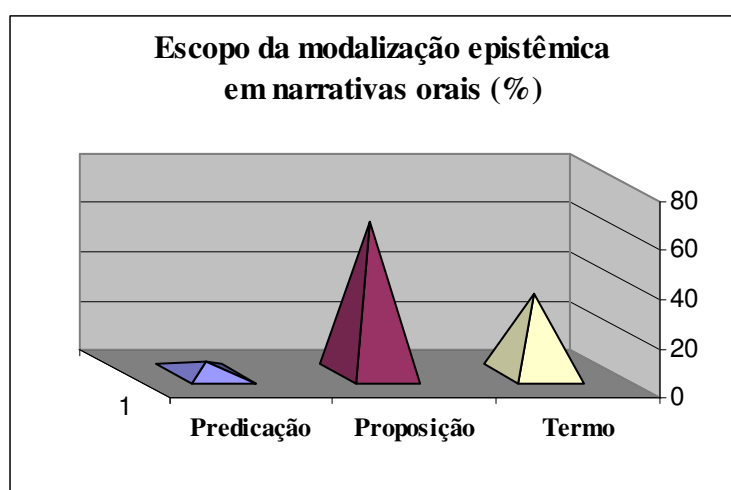


Gráfico 5

No estudo da modalidade em que se consideram as camadas, tal como propõe o modelo de Dik (1997) e Hengeveld (1987), a modalização epistêmica pode ter incidência sobre o termo (um constituinte da oração), sobre a predicação ou sobre a proposição.

Observou-se, em todo o *corpus*, que o nível de modalização é mais freqüente no nível da proposição (62%). O segundo escopo de modalização epistêmica mais freqüente (33%) em todo o *corpus* foi o termo, que se identificou, na análise, como algum tipo de constituinte da proposição. A modalização menos freqüente (5%) foi a que incidiu sobre a predicação.

Segundo Hengeveld (1987, p. 58-59), os modalizadores no nível da proposição são de natureza interpessoal, porque se referem à expressão por parte do falante de seu comprometimento com relação ao conteúdo de uma proposição (em que se pode crer ou não), podendo apresentar-se como fonte do que diz (subjativa) ou indicar uma outra fonte (evidencial). Esse resultado revela que os informantes expuseram-se mais ao modalizar os seus enunciados no nível da proposição.

No gráfico 6, vê-se que, do total de 40 ocorrências relativas ao escopo da modalização epistêmica somente nas narrativas de experiência pessoal, os informantes tenderam a modalizar mais o seu enunciado no nível do termo (22 ocorrências); depois, tem-se a modalização epistêmica no nível da proposição (15 ocorrências) e, por último, no nível da predicação (03 ocorrências).

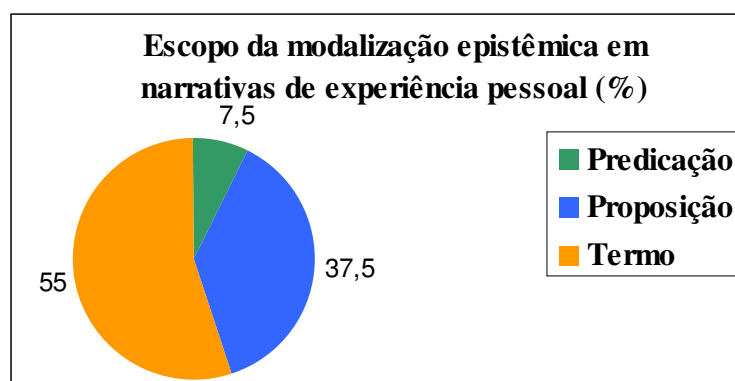


Gráfico 6

Essa tendência de modalização epistêmica no nível do termo pode caracterizar a atenuação do descomprometimento. Desse modo, o falante busca preservar a sua face perante o seu interlocutor, pois, nesse nível, ele não se expõe tanto, lançando mão de uma modalização epistêmica objetiva sobre parte do conteúdo enunciado, o que não aconteceria se ele optasse por modalizar subjetivamente toda a proposição, que, neste contexto, foi o segundo escopo mais freqüente.

Com referência às narrativas recontadas (gráfico 7), pode-se notar, mediante a observação do gráfico 8, a incidência da modalização epistêmica nos diferentes níveis: na predicação, na proposição e no termo. A maior freqüência do uso de modalizadores nessas narrativas incidiu sobre o nível da proposição (55 ocorrências), e a menor situou-se no nível da predicação (03 ocorrências); em posição mediana, restou o escopo da modalização incidindo sobre o termo (17 ocorrências).

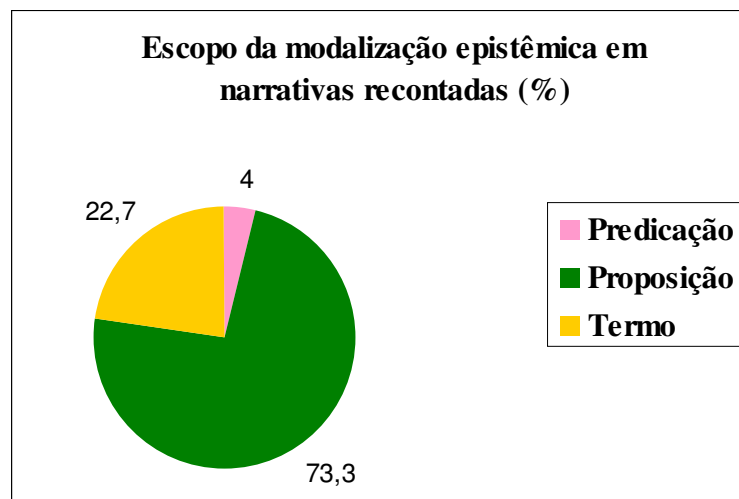


Gráfico 7

A análise desse gráfico permite confirmar uma das hipóteses constantes desta investigação: no tocante às narrativas recontadas, o uso dos modalizadores epistêmicos deve ser mais freqüente, sobretudo no que se refere ao escopo da modalização epistêmica no nível da proposição, em que, como já visto, se evidencia mais a marca do falante, a modalização epistêmica subjetiva, seja no extremo do certo, seja no extremo do possível.

O escopo da modalização incidente nos dois outros níveis, à semelhança da análise anterior, revela a tentativa de escamotear principalmente a falta de engajamento do falante concernente ao estatuto de verdade do seu enunciado. É claro que, nas narrativas recontadas, deveriam sobrevir mais ocorrências de modalizadores que, de alguma forma, provocassem a atenuação da falta de comprometimento com relação à veracidade do conteúdo do enunciado. Não é interessante para o informante provocar, ainda que não-proposital, a “desconfiança” do seu interlocutor ao modalizar excessivamente aquilo que diz, sobretudo na forma epistêmica subjetiva.

Cumprir observar, no entanto, que efeito de sentido, ao longo do contínuo entre certeza (comprometimento) e não-certeza (descomprometimento), foi produzido em cada um desses níveis. Dos modalizadores utilizados no nível da proposição em todo o *corpus*, verificou-se o descomprometimento do falante com a certeza dos fatos narrados (44 ocorrências, correspondendo a 62% do total das ocorrências nesse nível).

Os exemplos seguintes mostram o escopo da modalização referente ao nível da certeza (comprometimento), com incidência na proposição, no termo e na predicação, respectivamente:

(64) **sei** que o assassino mesmo num foi um estudante não ... ele não ... quem morreu num foi um estudante ... **sei** que o assassino foi o diretor da escola ... foi uma confusão danada para descobrir ... mas ... no final descobriu ... (D&G, NR, 2G, INFO1)

(65) I: ((riso)) voltou ... aí enterrou lá no ... no cemitério lá ... e ficou na esperança que o ... o menino também voltasse né ... porque o gato voltou ... aí realmente quando à noite o menino bate na porta lá e quando ele atendeu era o menino lá ... era o filho dele né ... todo sujo também ... não tava nada estragado não né ... muito sujo só ... igual o gato ...

E: de areia né?

I: hã?

E: de areia?

I: é ... da areia ... **exatamente** ... muito sujo ... (D&G, NR, 3G, INFO1)

(52) daí por aí foi o congresso todinho eu querendo fazer amizade com todo mundo ... **certo** que tem ou ... que tem vez que eu brigo e tudo mais ... brigava com algumas pessoas ... com uns meninos lá ... que:: que tirava brincadeira sem graça comigo ... aí eu brigava ... discutia ... ficava sem falar com o cara ... (D&G, NEP, 2G, INFO1)

O informante, em (64), empregou o verbo de cognição *saber* afirmativamente a fim de expor ao seu interlocutor que ele está seguro daquilo que diz. O escopo da modalização epistêmica subjetiva recai no nível da proposição, ou seja, o falante expressa o seu comprometimento relativo à verdade da proposição encaixada.

Já em (65), o escopo da modalização epistêmica incide sobre o termo *de areia* (uma locução adjetiva que complementa o sentido do constituinte *sujo*); nesse caso, o informante valeu-se do modalizador *exatamente*, um advérbio, para situar o seu enunciador no nível da certeza em relação a essa informação.

No exemplo (52), o informante expressa o *status* de realidade do estado-de-coisas designado pela predicação (*tem vez que eu brigo*) por meio do adjetivo *certo* em uma construção semelhante a *É certo que...*

Destaque-se que o descomprometimento foi mais freqüente do que o comprometimento no uso de modalizadores epistêmicos nos níveis do termo (87% contra 13%), da proposição (62% contra 38%), e teve a mesma freqüência quando o escopo era a predicação (50%). O gráfico 6 revela a falta de comprometimento do informante em relação aos conteúdos narrados.

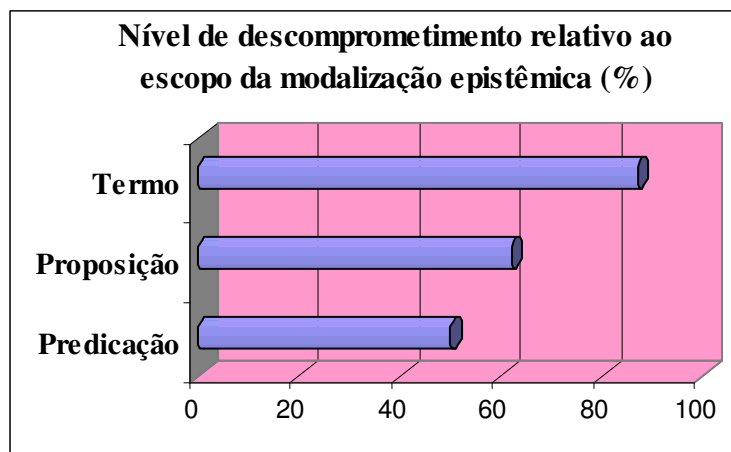


Gráfico 8

Esse resultado revela que o falante utiliza os modalizadores epistêmicos para não se comprometer apenas em relação a porções específicas de informação contidas em seu enunciado e não com o conteúdo proposicional inteiro. Isso se deve, provavelmente, à tentativa do falante de não se descomprometer mais do que necessário, na tentativa de preservar a própria imagem de uma possível perda de credibilidade por parte do interlocutor.

Os exemplos seguintes ilustram a postura de descomprometimento dos informantes, quando o escopo da modalização epistêmica é a proposição, o termo e a predicação, respectivamente:

(53) e quando a pessoa nem liga ... nem mais espera ... tá ali ... por tá ... fazendo porque quer mesmo ... num tá com interesse nenhum ... aí é que consegue ... entendeu ... eu **acho** que ... o que eu aprendi é isso aí ... a simplicidade ... a ... como é que chama ... deixar tudo pra ... você passa tudo que ... que ... (D&G, NEP, 2G, INFO1)

(55) daí os peito da mullher era bem grandão ... daí o homem olhou assim ... daí ela disse assim ... “não ... é esses que tá aqui dentro do carro” ... **uns** dez cachorros ... ia tirando de um em um ... uma demora ... e o homem chegando perto ... daí ele disse ... “anda logo” ... daí foi-se embora ... daí a mulher ficou falando sozinha com os cachorros ... “nós estamos ricos ... estamos ricos” ... (D&G, NR, 4S, INFO3)

(66) aí a gente fomos conhecer ... o museu ... aquele museu num sabe? conhecer:: Deodoro da Fonseca ... a mãe dele ... aí tinha ... tinha ... ainda as camas lá ... num sabe? tinha as cama ... tinha um armário ... tinha a mesa ... cadeira ... menina ... tinha até um pinico ... tinha um pinico ...

mas num parecia um pinico não ... parecia um negócio bonito ... **parecia** ser um jarro num sabe? (D&G, NEP, 8S, INFO3)

No exemplo (53), o informante modalizou o conteúdo da proposição utilizando o verbo de crença *achar* num predicado encaixador. Fica claro que, ao lançar mão desse verbo, o informante afastou-se do comprometimento com o estatuto de verdade do conteúdo da proposição. O efeito é o de que se trata de uma opinião pessoal, e não de um consenso, de uma verdade geral.

Em (55), o informante focalizou o uso do modalizador epistêmico em um único constituinte da oração; assim o pronome indefinido *uns* atinge apenas o quantificador *dez*. O informante mostra ao seu interlocutor que não tem certeza da quantidade de *cachorros*.

Com relação ao exemplo (66), o estado-de-coisas designado pela predicação *ser um jarro* foi modalizado pelo evidencial *parecer*⁵⁰, o qual expressa o afastamento do falante relativo à certeza de *ser um jarro* e não um pinico, tal como afirma.

4.4. Meios lingüísticos de manifestação da modalidade epistêmica em narrativas orais

O gráfico 9 revela a freqüência do uso dos meios lingüísticos para expressar o processo de modalização epistêmica nos dois tipos de narrativa: adjetivo, advérbio, pronome, substantivo e verbo.

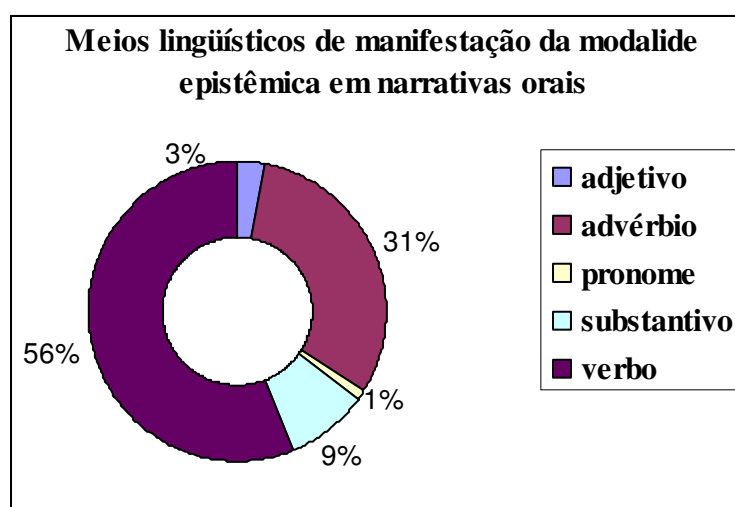


Gráfico 9

⁵⁰ De acordo com Gonçalves (2003, p. 213-214), o verbo *parecer* pode atuar no nível da predicação, no nível da proposição ou apenas no nível de um constituinte oracional, assemelhando-se, funcionalmente, aos satélites de atitudes proposicionais.

O gráfico 8 permite constatar a supremacia da seleção do verbo (64 ocorrências) como meio lingüístico da expressão da modalidade epistêmica, seguido do advérbio (36 ocorrências); ambos foram selecionados, na sua grande maioria, para qualificar epistemicamente o conteúdo proposicional. As categorias de adjetivo, de pronome e de substantivo têm frequência bem reduzida; apresentam, respectivamente, 3, 1 e 11 ocorrências, perfazendo apenas 15 das 115 ocorrências totais.

São exemplos de uso dos verbos (marcadores de crença, opinião, cognição) como modalizadores:

(67) daí o outro homem que tava atrás dele também foi na casa dele ... e:: bateu com um ... com um jarro na cabeça do amigo dele ... o amigo dele ficou lá desmaiado ... daí chegou outro amigo dele que morava na casa vizinha ... todo maluco com um monte de luz é:: na:: na blusa e:: **parece** que era um gravador ... (D&G, NR, 4S, INFO3)

(68) num tinha não ... acabado o namoro não ... mas ... não se falava mais nela não ... já começou a ... ela quase ficou esquecida ... né ... aquela personagem ... aí por isso que num falava muito dela ... num falou muito do final que ela teve no livro não ... né ... na história não ... mas ... **creio** que ela tenha se magoado ... (D&G, NR, 2G, INFO1)

(69) quando chegou lá em cima ... o velho apontou a arma pra ... pro cara né ... aí é ... “o seu filho tá morto ... o gato tá morto ... minha mulher tá morta ... meu cachorro tá morto e eu também tô morto ... então você também vai morrer” ... aí quando ele foi ... quando ele foi atirando no cara apareceu ... o ... o ... o menino lá que tinha morrido lá ... e atirou no velho ... num **sei** com que arma também ... se ele tava morto ... ((riso)) num **sei** de onde ele tirou a arma lá né ... aí atirou e matou o velho né ... (D&G, NR, 3G, INFO1)

É uma característica dos verbos, de acordo com o modelo de análise das camadas estruturais da frase, incidir sobre a proposição, aparecendo como predicados encaixadores; nesse caso, a função desse uso do modalizador epistêmico é a expressão do (des)comprometimento do falante em relação à verdade contida na proposição. No exemplo (67), o verbo *parecer* revestiu o conteúdo da proposição de não-certeza. Em (68), o falante expôs o seu maior engajamento com o estatuto de verdade do conteúdo proposicional, utilizando um verbo de crença, embora ainda se perceba a tentativa de não assumir, no extremo da certeza, tal conteúdo. O falante, em (69), revela totalmente o desconhecimento

acerca daquilo que enuncia; a reiteração desse *não-saber* implica o distanciamento do falante em relação à verdade do que enuncia.

Os advérbios são, por excelência, modalizadores que incidem sobre a proposição — satélites proposicionais, mas, como já se disse antes, esses meios lingüísticos também podem ter sua incidência sobre um constituinte da oração. Observe-se o exemplo a seguir:

(51) cada pessoa comia de cada coisa uma ... ou seja ... o que eu levei ... eu não comi sozinho ... eu tive que dividir com todos os amigos ... depois disso ... teve a noite onde foi escolhido o grupo de cinco pessoas **mais ou menos** ... que durava uma hora ... enquanto os outros dormiam ... é o chamado sentinela ... de manhã ... (D&G, NEP, 8S, INFO1)

Diferentemente de (51), o exemplo (70) apresenta a modalização epistêmica subjetiva cujo escopo recai sobre a proposição.

(70) então ele se faz passar por outro ... ele se faz passar por apenas amigo do morto e que esse morto tinha pedido para que ele as procurasse quando ele conseguisse sair da prisão e **realmente** ele foi lá ... então pediu emprego e foi aceito como empregado da casa ... na sua própria casa ... exato ... e a partir do momento que ele foi vivendo com essa família ... foi sentindo realmente a raiva ... todo aquele sentimento que a família tinha em relação ao outro ... (D&G, NR, 3G, INFO2)

O falante, nesse caso, compromete-se com a verdade do que diz, deslocando o efeito de sentido para o extremo do certo. Em (51), a locução adverbial, ao contrário de (70), mostra a ausência de engajamento por parte do falante quanto à informação contida em seu enunciado, ainda que, nesse nível, a modalização epistêmica tenha sido subjetiva.

Nos seguintes exemplos, observam-se substantivos empregados como modalizadores epistêmicos:

(71) era um local ... que eles tinham entrado mesmo pra procurar despistar ... despistar a polícia ... despistar pra sair ...então tinha ... era **uma espécie de** um comércio assim grande ... mas fechado ... aqueles lugares né ... de ... de Nova York ... sei lá ... e tinha uns prédios ... assim ... grandes ... e tinha ... dentro tinha restaurantes ... lojas ... (D&G, NR, 2G, INFO4)

(72) aí ele vai ... chegando ... se a/ se aproximando e tudo mais perto ... pegando mais amizade com ela ... não tinha ... né ... com a prima dela ... com a Isabel ... dele com a prima dele ... Isabel ... a amizade que ele não tinha ... né ... aí vai pegando ... vai ficando mais íntimo e tudo ...

começa é ... ir na casa dela e tudo mais ... por amizade ... e ... descobre que ela ... que é ela que escrevia ... as cartas ... pela letra conheceu a letra e tudo ... e algumas coincidências que ela falava **um negócio** e ele dizia ... como é que você sabe disso? e tudo mais ... entendeu? algumas coincidências ... ele foi juntando as coisas e foi descobrindo ... (D&G, NR, 2G, INFO4)

Tanto em (71) quanto em (72), os substantivos servem de meio para a modalização epistêmica objetiva, cujo efeito de sentido corresponde ao descomprometimento, pois o falante, além de não pôr sua marca no processo de modalizar o enunciado, demonstra claramente desconhecer determinado conteúdo desse enunciado. Esses substantivos, na verdade, constituem nomes genéricos que, não determinando precisamente um conteúdo, revelam o nível de incerteza em relação ao que se diz.

A categoria de adjetivo apresentou uma incidência bem pequena. No exemplo a seguir, tem-se uma ocorrência de adjetivo modalizador que toma como escopo a predicação.

Os exemplos a seguir mostram a falta de isomorfismo no uso da linguagem (*vide* p. 33).

(52) daí por aí foi o congresso todinho eu querendo fazer amizade com todo mundo ... **certo** que tem ou ... que tem vez que eu brigo e tudo mais ... brigava com algumas pessoas ... com uns meninos lá ... que:: que tirava brincadeira sem graça comigo ... aí eu brigava ... discutia ... ficava sem falar com o cara ... (D&G, NEP, 2G, INFO1)

(73) é e foi ... também muito bem feito né? o médico lá era ... era muito bom ... aí eu fiquei esse tempo lá e só no final de sema/ depois de um **certo** tempo é que ... que iam me visi/ que é ... eu pude receber visita né ... eu acho que duas ou três semana ... num me lembro direito ... aí eu e o pior que eu não ... não podia ... não poderia receber visitas assim ... entrar em contato assim direto não ... com a pessoa não ... eu ficava num prédio e é minha família ficava lá do outro lado né ... (D&G, NEP, 3G, INFO1)

Enquanto em (52) fica patente que o falante compromete-se com aquilo que enuncia, mostrando ao ouvinte que tem certeza do que diz por meio do adjetivo *certo*; em (73), o escopo da modalização levada a efeito pelo pronome adjetivo indefinido *certo* incide sobre o termo *tempo*, provocando o efeito de sentido vinculado ao nível da indeterminação, portanto, da não-certeza.

Esse mesmo tipo de efeito pode ser encontrado na ocorrência a seguir:

(55) daí os peito da mullher era bem grandão ... daí o homem olhou assim ... daí ela disse assim ... “não ... é esses que tá aqui dentro do carro” ... **uns** dez cachorros ... ia tirando de um em um ... uma demora ... e o homem chegando perto ... daí ele disse ... “anda logo” ... daí foi-se embora ... daí a mulher ficou falando sozinha com os cachorros ... “nós estamos ricos ... estamos ricos” ... (D&G, NR, 4S, INFO3)

Esse meio lingüístico denota incerteza, dúvida, provocando o distanciamento do falante em relação ao quantificador *dez*.

No próximo segmento deste trabalho, serão apresentadas as conclusões desta investigação.

CONCLUSÕES

As narrativas orais constituem um excelente *corpus* para a investigação das marcas da modalização epistêmica, sobretudo as narrativas de experiência pessoal e as narrativas recontadas. Os dados revelaram resultados interessantes, os quais contrariam certas hipóteses e confirmam outras.

Cogitava-se a hipótese de a expressão da modalidade epistêmica ser mais freqüente nas narrativas recontadas do que nas narrativas de experiência pessoal, já que, se o falante não vivenciou os fatos que narra, conseqüentemente, iria se preocupar mais em qualificar o enunciado ao longo da escala entre a certeza e a não-certeza. Verificou-se que essa hipótese foi, de fato, confirmada: a narrativa de experiência pessoal apresentou menor incidência de modalização, ainda que tenha havido um índice considerável nesse tipo de narrativa.

No entanto, a modalização epistêmica concentrou-se, em todo o *corpus*, no efeito de sentido vinculado à não-certeza. Além disso, surpreendeu o fato de que, proporcionalmente, o nível de descomprometimento tenha sido maior nas narrativas de experiência pessoal do que nas narrativas recontadas. Esse dado sugere que o falante, em que pese à condição de fonte mais credenciada para discorrer sobre os eventos em que se envolveu, produz um enunciado eivado de marcas atitudinais de descomprometimento. Isso pode ser assim interpretado, desde que se desconsiderem os enunciados não-modalizados formalmente (ausentes do *corpus* da pesquisa), os quais são compreendidos como manifestação da certeza; por isso é imperioso lembrar que, nas narrativas de experiência pessoal, os enunciados isentos das marcas da modalização são mais freqüentes. Não é improfícuo relevar que se busca, nesta pesquisa, a manifestação da modalidade epistêmica mediante determinados meios lingüísticos, os quais já foram discriminados.

Notou-se que a qualificação epistêmica da proposição superou muito a modalização epistêmica objetiva, ou seja, a sua incidência no nível da predicação. Esse resultado é revelador da proximidade, do engajamento, da liberdade do falante para comprometer-se ou descomprometer-se com a verdade do que diz, explicitando a sua introjção no discurso. Acentuando mais ainda essa liberdade do falante, observou-se uma freqüência significativa da modalização epistêmica no nível do constituinte, sobretudo para marcar a indeterminação sobre parte do conteúdo enunciado e não sobre toda a proposição.

Ao final deste estudo, cumpre fazer algumas ressalvas. A análise que aqui se relatou representou um primeiro contato de natureza investigativa com a expressão da modalidade epistêmica em narrativas orais. Foi uma oportunidade de conhecer as propostas para o tratamento funcionalista da modalização e aplicá-las na análise dos fatos lingüísticos, isto é, ao entendimento das ocorrências reais de uso dos modalizadores.

Acredita-se que esta investigação pode servir como subsídio para que o professor aborde, nas aulas de análise lingüística, um dos processos mais importantes na constituição dos enunciados — a modalização, uma das categorias mais instigantes para o estudo lingüístico.

Obviamente, este estudo situa-se a anos-luz da exaurição desse objeto de pesquisa; pelo contrário, as investigações anteriores conduziram o autor a estudar a modalidade e a modalização, e, sem dúvida nenhuma, futuras pesquisas sobre esse tema mostrar-se-ão necessárias para que se deslindem, se possível, os “enigmas” advindos do uso de modalizadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João de. **A categoria da modalidade**. 10. ed. Ponta Grossa: UNILETRAS/Universidade Estadual de Ponta Grossa, p. 10-24, 1988.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e gramática**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARIOCA, Cláudia Ramos. **A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. 163 p. Tese (Doutorado) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1995.

_____. Uma análise funcional da modalidade epistêmica. **ALFA**, v. 40. São Paulo: UNESP, 1996.

DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos *et al.* Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. *In*: NEVES, M. H. M. (org.). **Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa**. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL/UNESP, p. 103-143, 2001.

DIJK, Teun A. van. A interface discurso – conhecimento. *In*: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth (eds.). **Teoria e interdisciplinaridade em análise crítica do discurso**. Palgrave: Macmillan, 2002.

DIK, Simon. **The theory of functional grammar**. Part 1: The Structure of the Clause. 2nd. ed. New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1997.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. **Corpus Discurso & Gramática**. A língua falada e escrita na cidade de Natal. Natal: Ed. UFRN, 1998.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariângela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Lingüística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 29-55, 2003.

GAGO, Paulo Cortes; VIEIRA, Lucilene Santos Lima. O processo de retextualização a partir do gênero textual fábula: uma pesquisa participativa com alunos do 3º ano do ensino fundamental. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 6, n° 1, 2005.

GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão *diz que***. 242 p. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2001.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: An Introduction**. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GOFFMAN, Erving. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: _____. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. Garden City: Anchor; Doubleday, 1967.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. 250 p. Tese (Doutorado) — Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HENGEVELD, Kees. Clause structure and modality in functional grammar. In: AUWERA, J. van der; GOOSSENS, Louis (eds.). **Ins and outs of the predication**. Dordrecht: Foris Publications, p. 53-66, 1987.

_____. Illocution, mood, and modality in a Functional Grammar of Spanish. **Journal of Semantics**, v. 6, p. 227-269, 1988.

_____. The architecture of a functional discourse grammar. In: MACKENZIE, J. Lachlan; GÓMEZ-GONZALÉZ, Maria de los Angeles (eds.). **A new architecture for functional grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 1-21, 365-378, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, v. 2.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A questão do suporte dos gêneros textuais. **DLCV: Língua, lingüística e literatura**. João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 2003.

NARROG, Heiko. **On defining modality again**. Sendai (Japan): Graduate School of International Studies, Tohoku University, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. (org.) **Gramática do português falado**. Campinas: Unicamp/Fapesp, v. 6, p. 163-200, 1996.

_____. A modalidade: um estudo de base funcional na língua portuguesa. **Revista Portuguesa de Filologia**, Coimbra. (no prelo)

_____. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **Processos de constituição dos enunciados** (predicação, referenciação, junção e modalização). 2001. Projeto de pesquisa — Programa de Pós-Graduação em Lingüística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. Considerações sobre o funcionalismo lingüístico: principais vertentes. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE ESTUDOS DISCURSO & GRAMÁTICA, 10, 2006, Natal. FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (org.). **Lingüística Funcional: a interface linguagem e ensino**. 1 CD-ROM.

NUYTS, Jan. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, v. 31, p. 933-969, 1993.

PALMER, Frank Robert. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O Funcionalismo em Lingüística. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à lingüística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, v. 3, p. 165-218, 2004.

QUIRK, Randolph. **A Comprehensive Grammar of the English Language**. 7 ed. London: Longman, 1985.

RECSKY, Leonardo. Modalidade epistêmica e discurso oral: um estudo contrastivo entre inglês e português. **Linguagem & Ensino**, v. 9, nº. 1, p. 159-185, 2006.

SAINT-PIERRE, M. **La modalisation en français parlé**: une analyse informatisée. Université du Québec à Montréal, Canadá. Mimeo, 1992.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

ANEXO

LEVANTAMENTO DAS OCORRÊNCIAS PARA ANÁLISE QUANTITATIVA

OCORRÊNCIA Nº.:
VARIÁVEIS
A) DEPENDENTE (GRAU NA ESCALA DE CERTEZA): CERTEZA /CERTO – C () NÃO-CERTEZA/POSSÍVEL – N ()
B) NARRATIVA: EXPERIÊNCIA PESSOAL – E () NARRATIVA RECONTADA – R ()
C) ESCOPO DA MODALIZAÇÃO: TERMO – M () PREDICAÇÃO (OBJETIVA) – O () PROPOSIÇÃO (SUBJETIVA) – S ()
D) MEIOS LINGÜÍSTICOS: VERBO (DE OPINIÃO, CRENÇA, COGNIÇÃO) – V () SUBSTANTIVOS (DE OPINIÃO, CRENÇA, COGNIÇÃO) – T () ADJETIVO – A () ADVÉRBIO – B () PRONOME – P ()
OBSERVAÇÕES:

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)